

Justiça Fiscal

Ano 3/Número 8/Junho/2011



NOVA DIRETORIA

2011 2013

ASSUME GESTÃO

Sindicato capacita PFNs para
atuação no
Parlamento



Rock in Rio



volta à cidade maravilhosa

Procurador da Fazenda
é empossado
ministro do **STJ**



Sumário

5	Continuam ações da campanha “Quanto custa o Brasil pra Você?”
9	Redes sociais contribuem para divulgação de iniciativas do Sindicato
11	Artigo comenta os números da carga tributária brasileira
15	Em julgamento histórico, STF reconhece direitos de parceiros homoafetivos
16	Papel e atribuições da Coordenação de Assuntos Tributários da PGFN
18	Ricardo Cueva é primeiro PFN a assumir o cargo de ministro do STJ
20	Balanço da atuação do SINPROFAZ no biênio 2009-2011
22	Novos diretores do Sindicato tomam posse
24	Lei de Execução Fiscal revisitada em livro de PFNs da nova geração
27	Procuradoria da Fazenda no Acre é referência para o país
30	A acalorada discussão sobre o exame da OAB
32	Procuradores da Fazenda se capacitam para atuação parlamentar
35	Responsabilidade Civil Contemporânea, por Otavio Luiz
38	Embaixador dos EUA comenta as relações com o Brasil
40	Depois de 10 anos, Rock está de volta ao Rio



Diretoria do SINPROFAZ – Biênio 2009/2011

Presidente

Anderson Bitencourt Silva

Vice-Presidente

Deysi Cristina D'rolf

Diretor Secretário

Allan Titonelli Nunes

Diretor Administrativo

Bradson Camello

João Carlos Souto (Licenciado)

Diretor Jurídico

Filemon Rose de Oliveira

Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos:

Heráclio Mendes de Camargo Neto

Diretor de Relações Intersindicais

Roberto Rodrigues de Oliveira

Diretor Cultural e de Eventos

João Soares da Costa Neto

Diretor de Assuntos Relativos aos Aposentados e Serviços

Maria Lúcia Sá Motta Américo dos Reis

Diretor de Comunicação Social

José Valter Toledo

Diretor de Assuntos Parlamentares

José Carlos Loch

Jorge Rodrigo Araújo Messias (Licenciado)

Suplente

Paula Campos Fiúza

SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
SCN - Quadra 06 - Ed. Venâncio 3000 - Salas 403, 415 e 416 - CEP 70716-900 - Brasília-DF
Telefax: (61) 3964-1218
E-mails: sinprofaz@sinprofaz.org.br infosind@solar.com.br

REVISTA JUSTIÇA FISCAL – Ano 3, n. 8, junho/2011

Editada por: F4 Comunicação - Tel.: (61) 3321-8200

Idealizador e Diretor de Redação: João Carlos Souto

Editora e jornalista responsável: Viviane Ponte Sena

Reportagem e Redação: Alysson Alves, Fabrício Marques e Viviane Ponte Sena

Projeto Gráfico: Fernanda Medeiros

Capa e fotos: Eurípedes Teixeira e arquivo Sinprofaz

Tiragem: 10 mil exemplares



Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não se constituem necessariamente a linha editorial da revista.

Fixando a “marca” PFN/SINPROFAZ

No período em que exerci a Presidência do SINPROFAZ, mais precisamente durante o segundo mandato, esbocei e tornei público um projeto de visitas a Escolas de 2º Grau e Faculdades, preferencialmente de Administração, Direito, Economia e Jornalismo, com a finalidade de explicar para os jovens (e igualmente para os não tão jovens) o que é nossa Carreira, como funciona, o que faz, a importância da PGFN e o significado da Campanha Justiça Fiscal.

A proposta agasalhava uma finalidade nobre. Informar, levar ao cidadão comum noções da Justiça Fiscal e do funcionamento de um braço da máquina de defesa judicial e extra-judicial da União - a PGFN - bem como disseminar a importância da Carreira, sua relevância estratégica, e, ao final, fixar a “marca” PFN/SINPROFAZ.

Outros projetos, aliados ao tempo escasso e afazeres múltiplos acabaram postergando a implementação da idéia.

A Campanha “Quanto Custa o Brasil pra Você”, idealizada neste ano de 2011 pela agência de Marketing que atende ao SINPROFAZ, incorporou a mensagem e a filosofia da “Semana Nacional da Justiça Fiscal”, que criei em 2009, que por sua vez gerou esta Revista Justiça Fiscal, que é mais que consequência, é árvore que tem produzido bons frutos.

Essa Campanha - bem como as “formiguinhas” que tomaram o país - contribui de forma decisiva para aproximar a Carreira do grande público, torná-la mais conhecida. E nessa linha, da Semana Nacional da Justiça Fiscal, bem como da Campanha atual, penso relevante retomar a idéia da Educação Fiscal, da busca de demonstrar à sociedade a importância de conhecer melhor como funciona o Estado, o que pode e deve ser feito para tornar a tributação mais razoável, e, ainda, a relevância de se pedir a nota fiscal e da importância das Carreiras do Fisco (a exemplo dos Analistas Tributários), entre outras questões relevantes. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem trilhando caminho idêntico com o programa “STJunior”.

Digno de registro, a posse da nova Diretoria do SINPROFAZ, liderada pelo Dr. Allan Titonelli, que sucede ao Dr. Anderson Bitencourt, Presidente do Sindicato nos últimos dois anos, responsável por inovar e dar seguimento a políticas vitoriosas adotadas nos últimos anos no âmbito da entidade sindical.

A presente edição registra desde a posse do Dr. Ricardo Vilas-Boas Cueva como Ministro do STJ, o primeiro PFN a galgar esse posto, às lembranças das primeiras edições do Rock in Rio, objeto da talentosa pena do PFN, roqueiro e ensaísta Waller Chaves, nosso cronista do Planalto Central. É a pluralidade, marca da Revista Justiça Fiscal, desde o primeiro número.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista Justiça Fiscal
Coordenador do CEJURIS

Com a palavra

• Recebi o último (edição n. 7) exemplar da Revista *Justiça Fiscal*. Na minha opinião, em termos de conteúdo, o melhor de todos até agora. Vale a pena ler. Meus cumprimentos ao Diretor de Redação da Revista, João Carlos Souto, extensivos a toda equipe responsável pela editoração do periódico.
Roberto Rodrigues de Oliveira - PFN/GO

• Gostei da revista, entretanto, tenho uma ressalva. O exemplar que me foi enviado tinha matérias repetidas, problemas de impressão, que acredito não tenham se estendido a todos os exemplares.
Welger Neves – PFN/BA

• De fato, meu exemplar também apresentou erro de páginas. Mas isso não ofuscou a qualidade da publicação.

Alexandre Carnevali da Silva/SP

• Assuntos da maior relevância, editoração primorosa, contribuindo decisivamente para maior visibilidade da carreira. Expresso, mais uma vez, meus cumprimentos ao Dr. João Carlos Souto, Diretor de Redação e a todos os seus colaboradores nessa empreitada.

José Vilaço da Silva - PFN/GO

■ Obrigado pelo registro a respeito da Revista *Justiça Fiscal*. É uma referência na Advocacia Pública. A única Revista impressa de circulação permanente na Advocacia Pública, com as características de pluralidade (diversidade) que optamos desde o primeiro número, em março de 2009, como desdobramento da Semana Nacional da Justiça Fiscal. Permito-me assinalar que as edições anteriores têm mantido idêntico nível. Quanto às folhas repetidas já mantive contato com o responsável para que isso não se repita.

João Carlos Souto, Diretor de Redação

Sistema Tributário Justo

No dia 7 de junho, foi lançada, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Mista por um Sistema Tributário Justo. O presidente do SINPROFAZ, Anderson Bittencourt, e o diretor Allan Titonelli participaram do evento, realizado no plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal.

O presidente Anderson integrou a mesa de trabalhos e fez um pronunciamento objetivo. Ressaltou a importância da Carreira de PFN, suas vitórias e lutas. Também comentou sobre o sucesso da campanha “Quanto custa o Brasil pra você?”

O deputado federal Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) estava presente e informou que está organizando uma frente para analisar a desindustrialização do país e o “complicado” comércio com a China.

Em seu pronunciamento no evento do Senado, o deputado citou o SINPROFAZ e as ações desenvolvidas no sentido de proporcionar Justiça Fiscal.



Mobilização por Justiça Fiscal conquista novos apoios

Depois do sucesso no lançamento em Brasília, SINPROFAZ realizou mais cinco ações da campanha “Quanto Custa o Brasil pra Você?”. As formiguinhas passaram pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Macapá e Ribeirão Preto



Fotos: Divulgação

Formiguinhas abordam pedestres no calçadão de Copacabana e na região do Pão de Açúcar

Assim como ocorreu em Brasília, as formiguinhas carregando o sobrepeso da carga tributária brasileira chamaram atenção e esclareceram à população da capital fluminense a necessidade de reforma tributária.

Com combate à sonegação e promoção da Justiça Fiscal, a passagem da campanha do SINPROFAZ “Quanto Custa o Brasil pra Você?” pela cidade do Rio de Janeiro teve ótimo resultado.

As formiguinhas chegaram ao Aeroporto Santos Dumont no dia 4 de abril e ficaram na cidade maravilhosa até o dia 8 de abril. Durante uma semana, além de circular pelo aeroporto, elas visitaram a Cinelândia, a Universidade Cândido Mendes, a Assembleia Legislativa, entre outros pontos no Rio de Janeiro.

Na Cinelândia, as formiguinhas tiveram a companhia de Valéria Ferrari, que é coordenadora do Grupo de Educação Fiscal do Rio de Janeiro.

O programa de Educação Fiscal existe no Rio há 11 anos e, em nível de Brasil, há 15 anos. “A PGFN é gestora do programa nacional e participa conosco aqui no Rio fazendo um excelente trabalho, neste mesmo viés da campanha do SINPROFAZ, que é da educação tributária, conscientizando o cidadão da importância do tema - justamente por ele pagar o tributo – e da participação dele contribuindo para o controle social dos gastos”, explicou Valéria.

A agente fazendária revelou ainda que “inicialmente, o programa leva ao cidadão a informação sobre

o papel das instituições públicas, mostrando, por exemplo, qual é o papel que a PGFN desempenha e como afeta diretamente a vida do cidadão”.

Mídia

Na imprensa, a receptividade foi acolhedora. O presidente do SINPROFAZ, Anderson Bitencourt, que é natural do Rio, concedeu entrevistas e contou com o apoio de outros PFNs lotados no estado no esforço de divulgação da campanha.

Nas entrevistas, o presidente Anderson reiterou que a iniciativa, na verdade, é a terceira edição da Campanha Nacional pela Justiça Fiscal, que teve início em 2009. “A ideia da campanha este ano é trazer a sociedade para o debate da reforma tributária, que esperamos



Avenida Paulista foi o principal ponto de concentração das formiguinhas, que também circularam pela Praça da Sé

seja inserida na ordem do dia do Parlamento e do Governo”.

Sobre o ideal de Justiça Fiscal, o dirigente tem dito que a equação é simples. “Se todos pagarmos os tributos de forma geral, a carga tributária vai diminuir para todos. Se todos os empresários, aqueles que têm uma participação maior na produção das riquezas do país, contribuíssem mais ativamente, o peso que recai sobre a população em geral, e principalmente sobre o assalariado, vai diminuir. Então, a Justiça Fiscal é fundamental para que se alcance, ao final, a Justiça Social que tanto almejamos”.

Anderson também comentou sobre o papel da carreira, relacionando suas atribuições ao combate à sonegação fiscal, “uma vez que o PFN atua para coibir a prática ilegal da sonegação através da cobrança judicial dos tributos”.

“Formigueiro em São Paulo”

Entre os dias 25 a 29 de abril, as formiguinhas voltaram a circular por outra grande cidade brasileira. Chegaram a São Paulo, a capital financeira do Brasil.

A ação em São Paulo foi a maior realizada até o momento. As atividades se concentraram na tradicional Avenida Paulista.

Durante a visita a São Paulo, a equipe de reportagem da campanha entrevistou 51 pessoas entre estudantes, professores, empresários, trabalhadores e Procuradores da Fazenda, que acompanharam as formiguinhas em alguns dos pontos visitados na cidade, como Praça da Sé e campus da PUC e do Mackenzie.

Apoios

A OAB de São Paulo apoiou a iniciativa, o que ficou registrado em depoimento do advogado e diretor da Ordem, Anis Kfour Jr. “Essa é uma campanha importante porque desenvolve a cidadania, e ser cidadão é também saber quanto nós pagamos de imposto. O brasileiro é o povo que paga uma das mais altas cargas tributárias e sofre com a prestação de serviços, que ainda tem muito a melhorar”.

E completou: “na medida em que o cidadão começa a tomar conhecimento sobre quanto paga de imposto, cobra por um serviço mais eficiente e pelos direitos que a Constituição assegura. Por isso, esta iniciativa do SINPROFAZ é muito importante e a OAB a apóia, especialmente pelo seu objetivo de conscientizar a população”.

O professor titular de Direito

Tributário da Faculdade Mackenzie/SP, Eduardo Jardim, também opinou sobre a campanha, considerando a ideia de “excelência exemplar”.

A grande virtude da campanha, segundo o acadêmico, “é conscientizar a sociedade para que cobrem de candidatos e de partidos, e também façam pressão de fora para dentro, no sentido de que haja uma contrapartida a uma carga tributária que é a maior do planeta”.

Se não for precedida por uma campanha como esta, uma reforma tributária verdadeira, de fato, não se concretizará. Para Jardim, “a reforma tributária correta é aquela que simplesmente irá respeitar a Constituição, ou seja, cumpra aquilo que já está disciplinado na carta cidadã: limitar o poder tributário do estado, proclamar valores sociais e estabelecer a capacidade contributiva para que o cidadão pague conforme possa”.

Recife

A quarta ação da campanha teve início no dia 9 de maio. As formiguinhas desembarcaram no Aeroporto Internacional de Guararapes, onde ficaram até o dia 13 de maio.

Nas costas, elas continuavam carregando a pesada e complicada carga tributária do Brasil, mas

seguiram trabalhando sem parar, promovendo a reforma tributária e o combate à sonegação. Ao longo da semana, além da presença constante no aeroporto, o formigueiro se instalou por outros importantes pontos da capital pernambucana como a praia de Boa Viagem.

No encerramento da agenda em Recife, as formiguinhas compareceram a uma atividade especial com a presença do chefe da Casa Civil do Governo de Pernambuco, Francisco Tadeu Alencar, um dos apoiadores da campanha.

Tadeu Alencar é Procurador da Fazenda Nacional, filiado ao SINPROFAZ.

Esclarecer a sociedade

Para a doutora em Direito Tributário, Mary Elbe Queiroz, é necessário rediscutir a forma de tributação, hoje feita no produto. Segundo ela, seria melhor tributar sobre a renda, ou seja, quem ganha mais deveria pagar mais. Elbe Queiroz disse que “é importante que todo mundo se junte para debater e conhecer essa carga tributária”, e elogiou a iniciativa do SINPROFAZ, que muito contribui para esse esclarecimento.

Temos uma carga tributária que equivale às cobradas em países de primeiro mundo e, para a doutora

Mary Elbe Queiroz, “é necessário que a sociedade tenha conhecimento de quanto se paga de tributo para reivindicar mudanças para a classe política”.

O secretário de Transportes do Estado de Pernambuco, Isaltino Nascimento, destacou a importância da campanha para esclarecer a população e compartilhar com a sociedade as mudanças necessárias para a aplicação e arrecadação dos impostos. “A campanha do SINPROFAZ é extremamente válida porque vai possibilitar que possamos ouvir o País como um todo”, declarou.

Café da manhã no Amapá

No dia 20 de junho de 2011, o SINPROFAZ promoveu um café da manhã em Macapá, divulgando a campanha “Quanto Custa o Brasil Pra Você?” aos parlamentares da bancada federal, estadual e outras autoridades locais. O Sindicato foi representado pelo presidente, Anderson Bitencourt, acompanhado do diretor-secretário, Allan Titonelli.

O evento contou com a participação do senador Randolfe Rodrigues (PSol-AP), do deputado federal Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), do ex-deputado federal Seabra, do ex-presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, Lucas Barreto, assessores

de alguns parlamentares, do vice-presidente da OAB/AP, Paulo Campelo, do ex-vice-ministro da AGU e secretário de Saúde do Amapá, Evandro Gama, e de Procuradores da Fazenda Nacional.

No discurso proferido pelo presidente do SINPROFAZ, foi sustentado que a concretização da Justiça Fiscal no país pressupõe, necessariamente, a realização de uma reforma tributária e o efetivo combate à sonegação fiscal, sendo imprescindível, quanto a este último aspecto, o fortalecimento da carreira de PFN, com o estabelecimento de um conjunto de prerrogativas e garantias funcionais que possibilitem o exercício de uma verdadeira Advocacia de Estado, e, além disso, a devida estruturação da PGFN. Sob tal enfoque a campanha tem revelado a importância estratégica dos PFNs para o país.

Foi destacado também o trabalho realizado pelo senador Randolfe Rodrigues para o alcance de uma Justiça Fiscal no Brasil, sendo este um dos coordenadores da Frente Parlamentar Mista por um Sistema Tributário Nacional mais justo.

O evento teve grande cobertura jornalística; o presidente do Sindicato concedeu entrevista a diversas emissoras de televisão, rádios e jornais que circulam no Estado.

Foto: Divulgação



Na praia de Boa Viagem, em Recife, formiguinhas chamaram atenção de pedestres e motoristas

Foto: Arquivo SINPROFAZ



Presidente e diretor do SINPROFAZ divulgaram campanha a parlamentares do Amapá

Mutirão da Cidadania

Foi um sucesso a primeira edição do Mutirão da Cidadania em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. O evento, promovido pelo Ministério Público Federal, teve por objetivo proporcionar, gratuitamente, diversos tipos de serviços à população. Segundo a organização do Mutirão, houve mais de 14 mil atendimentos às pessoas que passaram pela Praça Pedro II no dia 18 de junho, das 9h às 16h.

A Procuradoria da Fazenda Nacional esteve representada pelos Procuradores lotados na PSFN de Ribeirão Preto, que se dispuseram a tirar dúvidas da população sobre questões tributárias, além de promover, junto com as formiguinhas do SINPROFAZ, a campanha “Quanto Custa o Brasil pra Você?”

As simpáticas formiguinhas do SINPROFAZ entraram em cena, distribuindo panfletos e realizando enquetes com os visitantes sobre a questão tributária do país.

Próximos passos

Encerrada esta primeira etapa da campanha, com as visitas das formiguinhas a Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Macapá e Ribeirão Preto, o SINPROFAZ estuda a possibilidade de buscar novos parceiros na sociedade civil para que o ideal de Justiça Fiscal siga conquistando mais adeptos em todo o país.

A intenção do Sindicato é ampliar o alcance da campanha para os mais diversos setores da vida nacional, com vistas a ultrapassar a barreira do mero protesto e efetivamente colaborar para que o tema seja eleito como prioridade na agenda política do país.

É justamente esse despertar de consciência e esse desejo de fazer acontecer que fortalece a campanha “Quanto custa o Brasil pra você?”, iniciada com apenas duas formiguinhas no aeroporto JK, em Brasília, mas que segue firme como um grande formigueiro cívico se espalhando pelo Brasil.

Vale lembrar que, juntamente

com o site (www.quantocustaobrasilpravoce.com.br), a campanha segue forte pelas redes sociais: twitter.com/quantocustaobr, facebook.com/quantocustaobrasil e youtube.com/quantocustaobr. Basta entrar, conferir, se informar e participar deste grande formigueiro pela Justiça Fiscal.

Memória

A campanha “Quanto custa o Brasil pra você?” integra a Semana Nacional da Justiça Fiscal, criada pelo ex-presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto, em 2009. Entre as atividades que marcaram o lançamento, destaque para a realização de uma audiência pública, em 17 de março, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O requerimento para promoção da audiência foi apresentado pelo então deputado Virgílio Guimarães (PT/MG). O parlamentar mineiro e outros 15 deputados compareceram à reunião presidida pelo ex-deputado Vignatti (PT/SC). Procuradores da Fazenda, operadores do Direito e estudantes lotaram a sala de reuniões da Comissão de Finanças em incontestável demonstração de apoio à iniciativa do Sindicato. Representantes das entidades que integram o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal também atenderam ao convite do Sindicato.

Além dos nomes já citados, participaram da audiência os seguintes deputados: Pepe Vargas (PT-RS), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Júlio César (DEM-PI), Eduardo Amorim (PSC-SE), Gláson Cameli (PP-AC), Marcelo Castro (PMDB-PI), Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), Vicentinho Alves (PR-TO), Guilherme Campos (DEM-SP), Ilderlei Cordeiro (PPS-AC), Júlio Semeghini (PSDB-SP), João Dado (PT-SP), João Oliveira (DEM-TO) e Adilson Soares (PR-RJ). ■

Foto: Arquivo pessoal



Procuradores lotados em Ribeirão Preto se uniram às formiguinhas para prestar esclarecimentos ao cidadão

A Rede Social

Páginas eletrônicas como Facebook e Twitter viram febre na internet e se tornam poderosa ferramenta de comunicação e debate. PFNs também estão interagindo nos sítios de relacionamento

Depois de terminar o relacionamento com a namorada, um jovem estudante de Harvard invade o banco de dados da universidade, rouba fotos de dezenas de alunas e cria uma página eletrônica onde os usuários poderiam comparar a beleza das estudantes. Idéia banal, mas que deu início a um dos sites mais populares do mundo, o Facebook. História retratada no filme “A Rede Social”, fenômeno de bilheteria em 2010 e vencedor de três estatuetas do Oscar.

O sucesso do filme certamente está associado ao sucesso do próprio Facebook. Pesquisas revelam que o site já conta com mais de 500 milhões de usuários em todo o mundo. Ao lado do Twitter (100 milhões de usuários), são as páginas eletrônicas de relacionamentos interpessoais mais populares da atualidade. Ferramentas que deixaram de ser utilizadas apenas para conhecer e reencontrar pessoas, e se tornaram importantes canais de informação e debate.

“As redes sociais têm um impacto fundamental na sociedade contemporânea, a tal ponto que hoje os indivíduos já não podem mais prescindir de seu uso”, afirma o professor de educação especialista em redes sociais da Universidade de Brasília, Lúcio Telles. “Elas não só permeiam as relações sociais, como o próprio



Divulgação

nome indica, mas afetam todas as atividades humanas, afetivas, cognitivas, laborais, lúdicas, culturais e econômicas”, explica.

Para o professor, os sites de relacionamento estão proporcionando um crescente processo de democratização da comunicação. “Até o surgimento da Internet, o indivíduo tinha apenas o papel passivo de receber e de assimilar a informação. Atualmente, com as redes sociais, há um papel ativo que faz dessas ferramentas importantes veículos para debates, campanhas, ativismo político e cidadania”.

Exemplos recentes do poder de mobilização das redes sociais fo-

ram os protestos que derrubaram governos no Egito e na Tunísia. “Sites como o Twitter e o Facebook contribuíram para as manifestações populares nos países árabes, mostrando que as redes sociais podem ter papel efetivo no processo político e no desencadeamento de transformações na sociedade.”

Informação

Nos últimos meses, o Facebook e o Twitter têm sido importantes ferramentas de divulgação da campanha “Quanto Custa o Brasil Pra Você?”, lançada pelo SINPROFAZ para conscientizar a população sobre a necessidade



de simplificação da legislação tributária e da racionalização do sistema tributário nacional.

“Hoje, quem espera obter resultados efetivos de comunicação e divulgação precisa estabelecer uma estratégia muito bem definida, associando site e redes em um sistema de contínua produção de conteúdo. É exatamente o que estamos fazendo com a campanha”, revela o diretor de criação responsável pela campanha, Max Duarte.

Mais de 1700 pessoas já “cur-

tiram”* a página da campanha no Facebook, onde foram computadas aproximadamente 320 mil publicações visualizadas e mais de 1.500 repercussões de publicação. Já no Twitter, o perfil oficial é “seguido”** por mais de 700 usuários e já foi citado cerca de mil vezes. No Youtube, o canal da campanha já contabiliza mais de nove mil exibições de vídeos e o site oficial recebeu mais de 40 mil visitas únicas e suas páginas foram visualizadas mais de 100 mil vezes.

“A campanha segue uma estratégia de marketing mais ampla, não se limitando ao ambiente virtual. Também atuamos com o merchandising como gerador de notícia e de publicação espontânea, stands e panfletagens, além da divulgação na imprensa. O marketing pela internet é utilizado para potencializar nossos objetivos de comunicação”, destaca o diretor de criação.

PFN na Rede

O uso das redes sociais também faz sucesso entre os Procuradores da Fazenda Nacional. “Utilizo o Twitter com frequência e também tenho conta no Facebook. Ainda tenho o Orkut, mas tenho acessado pouco nos últimos tempos”, revela a vice-presidente do SINPROFAZ, Deysi Cristina D'roft.

“Basicamente utilizo o Twitter como forma de informação imediata. Sigo vários jornalistas, jornais nacionais e estrangeiros que publicam notícias em tempo real. Já o Facebook e o Orkut uso mais para manter contato com os amigos”, revela a procuradora.

Deysi também faz questão de destacar o canal de interação e debate proporcionado pelas redes sociais. “Acho fantástico, por exemplo, o Twitter possibilitar que você interaja com um parlamentar que, de outra forma, você não teria acesso tão direto”. ■

**Curtir no Facebook significa estar cadastrado para receber notícias veiculadas pela página selecionada*

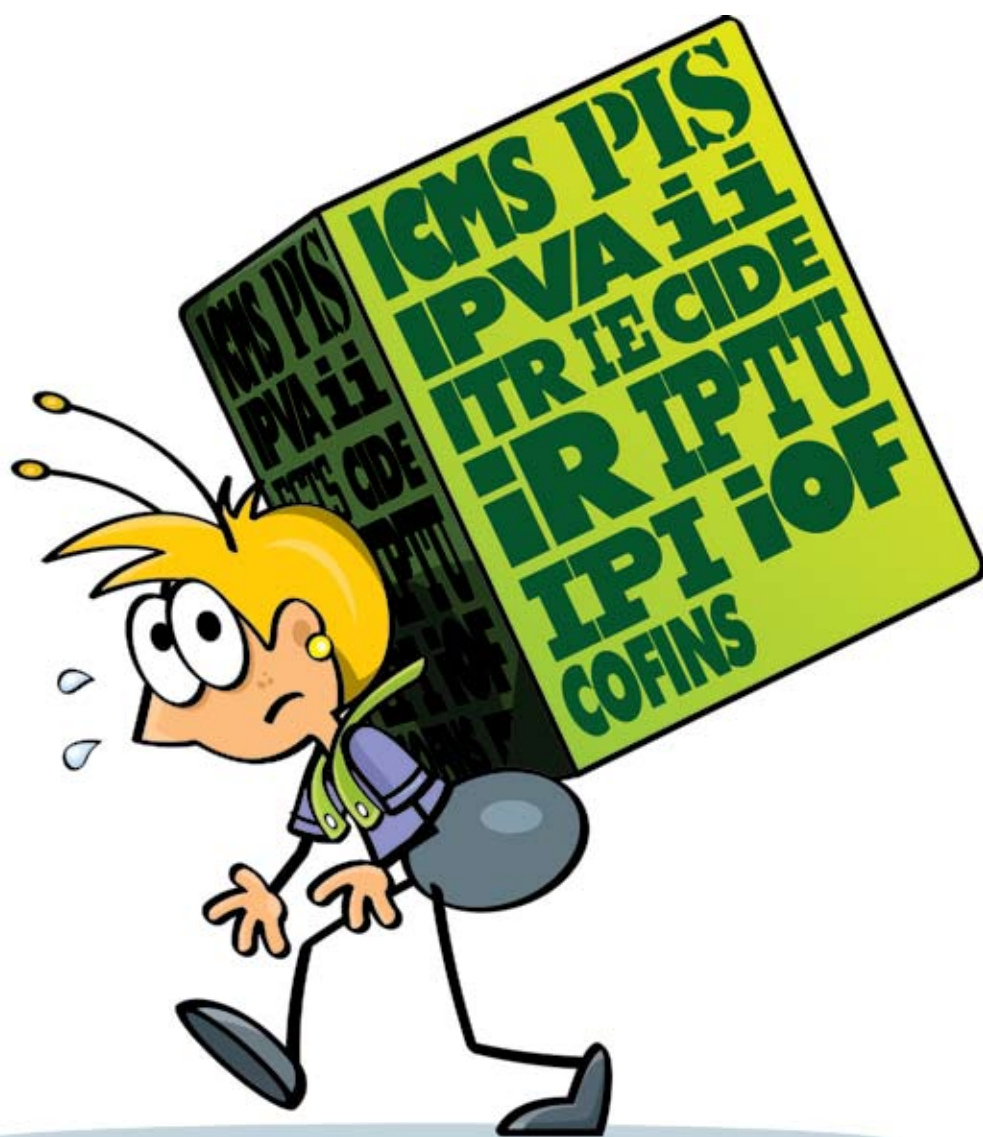
*** Seguir no Twitter significa receber as publicações do perfil selecionado em sua página principal, a timeline*

Site da campanha “Quanto Custa o Brasil Pra Você?”: www.quantocustabrasil.com.br



Quanto Custa o Brasil pra Você, os números

Aldemario Araujo Castro



A indagação que dá título ao presente texto consiste na principal “chamada” da campanha desenvolvida pelo SINPROFAZ (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional) no âmbito da Semana Nacional da Justiça Fiscal no corrente ano. A referida campanha, bem articulada pelo Presidente da entidade sindical, o PFN Anderson Bitencourt, alcançou um considerável destaque em vários setores da imprensa brasileira.

Merece ser ressaltada a existência de um site específico para a campanha no seguinte endereço eletrônico: <http://www.quantocustatobrasil.com.br>. Nesse espaço, o internauta pode conferir, entre outras informações, a carga tributária aproximada embutida em inúmeras mercadorias e produtos. Constatam-se, ali, os seguintes dados: a) transporte urbano: 22,98%; b) conta de água: 29,83%; c) conta de luz: 47,08%; d) conta de telefone: 46,12%; e) carne bovina: 17,47% f) frango: 16,80%; g) peixe: 34,48%; h) arroz: 15,34%; i) feijão: 15,34%; j) açúcar: 32,33%; k) leite: 12,55%; l) café: 19,98%; m) frutas: 21,78%; n) papel higiênico: 39,94%; o) livros: 15,52%; p) mensalidade escolar: 26,32%; q) água: 37,88%; r) refrigerante: 45,80%; s) computador: 32,81%; t) televisor: 44,94%; u) roupas: 34,67%; v) sapatos: 36,17%; w) gasolina: 53,03%; x) cigarro: 80,42% e y) medicamentos: 33,87%.

QUANTO CUSTA O BRASIL.COM.BR

A campanha, notadamente por intermédio do site indicado, chama especial atenção para a importância dos Procuradores da Fazenda Nacional no cenário da tributação brasileira. Fica bastante claro que os PFNs são figuras indispensáveis para a realização da Justiça Fiscal. Afinal, somente com a ação desses servidores públicos, ao recuperar os créditos não-pagos, os devedores do Fisco são iguados aos contribuintes que honraram com suas responsabilidades tributárias. Nessa medida, o SINPROFAZ afirma, com a necessária energia, que as adequadas condições de trabalho dos PFNs, assim como da Administração Tributária como um todo, são fatores fundamentais para realização da Justiça Fiscal. Um dos mote da campanha acertou em cheio: quando todo mundo paga, todo mundo paga menos!!!

Registro, nestas breves linhas, que existem outras formas de responder a pergunta muito bem posta pelos PFNs, por intermédio de sua entidade representativa de classe.

Uma das formas de responder a indagação do SINPROFAZ é buscar a relação entre a arrecadação tributária bruta e o Produto Interno Bruto (PIB). Assim, a chamada carga tributária bruta permite identificar, em linhas gerais, quanto da riqueza produzida na sociedade brasileira financia a existência do Estado (nos três níveis da Federação) e de suas múltiplas e variadas despesas públicas. Nessa perspectiva, segundo dados da Receita Federal do Brasil para o ano de 2009 (<http://www.receita.fazenda.gov.br>), a carga tributária bruta alcançou 33,58% do PIB. Portanto, é possível afirmar que o Brasil (suas instituições políticas e seus gastos), numa ótica tributária, custa cerca de 1/3 (um terço) da riqueza produzida



anualmente por sua sociedade.

Outra forma de responder ao questionamento do SINPROFAZ consiste em encontrar o valor, em reais, que cada brasileiro, em média, transfere para os cofres públicos pela via da tributação. Mais uma vez lançando mão de dados da Receita Federal do Brasil para o ano de 2009 (<http://www.receita.fazenda.gov.br>), verifica-se que foram arrecadados cerca de R\$ 1,055 trilhão de reais em tributos federais, estaduais e municipais. Considerando que a população brasileira em 2009 envolvia quase 191 milhões de pessoas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://www.ibge.gov.br>), conclui-se que o Brasil, no mesmo viés anterior, custou (ou custa) cerca de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) por ano ou R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) por mês para cada um dos seus habitantes.

Subsiste uma questão de extrema relevância nas conclusões apresentadas nos parágrafos anteriores. As respostas apontadas são médias e, como tal, escondem a profunda injustiça fiscal presente no sistema tributário brasileiro atual. Com efeito, os vários agentes econômicos e setores atuantes na economia brasileira experimentam efetivamente cargas tributárias extremamente díspares. Observam-se, inclusive, a presença de importantes benefícios (ou privilégios) tributários socialmente inaceitáveis. Nessa linha de abordagem, impõe-se tratar da Reforma Tributária, outra das bandeiras da campanha realizada pelo SINPROFAZ. ■

**Procurador da Fazenda Nacional
Professor da Universidade Católica de
Brasília - UCB
Ex-Corregedor-Geral da
Advocacia da União
Ex-Procurador-Geral Adjunto
da Fazenda Nacional*

Julgamento histórico

Decisão do Supremo Tribunal Federal reconhece união estável de casais homossexuais e reabre com força, no Poder Legislativo, o debate sobre a diversidade sexual

No dia 5 de maio, o Supremo Tribunal Federal aprovou, por unanimidade, a inclusão de casais homossexuais no regime jurídico de união estável. Decisão considerada histórica pelos próprios ministros e que deve estender juridicamente aos pares homoafetivos mais de cem direitos que eram restritos aos casais heterossexuais.

A decisão foi tomada no julgamento da ADI 4277 e da ADPF 132, ajuizadas na Corte pela Procuradoria-Geral da República e pelo governador do estado do Rio de Janeiro. “O sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação jurídica”, argumentou o relator das ações, Ayres Britto. O ministro deu parecer favorável à união estável entre casais de mesmo sexo baseado no inciso IV do artigo 3º da Constituição Federal, que veda qualquer discriminação em virtude de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação.

“Todos os direitos dos heterossexuais valem para os homossexuais. A equiparação é completa”, expôs o relator, que preferiu não limitar os efeitos práticos que a decisão deve provocar na sociedade. “Vamos deixar isso para caso a caso, para o dia-a-dia das instâncias comuns do Poder Judiciário, de primeira instância, sobretudo. São



Foto: Carlos Humberto SCO/STF

A decisão dos ministros do STF garante equiparação completa de direitos civis

tantas possibilidades que nossa imaginação é limitada para prever todas as hipóteses que podem ocorrer”, concluiu Ayres Britto.

A vez do Legislativo

Se por um lado é difícil mensurar os efeitos práticos do julgamento, por outro, a decisão do STF provocou uma reação no Legislativo. Os ministros consideram que é preciso uma regulamentação da questão pelo Congresso Nacional. “Da decisão importantíssima de hoje, sobra espaço em que tem que intervir o Poder Legislativo. A partir de hoje tem que se expor e regulamentar as situações em que a aplicação da decisão da

Corte será justificada”, afirmou o presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso.

Opinião compartilhada pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). “Esse julgamento do STF trouxe o debate para a sociedade. E toda essa discussão pressiona o Congresso Nacional no sentido de legislar. Desde 1995 que a Casa não legisla nada relativo ao direito LGBT [lésbicas, gays, bissexuais e transexuais]”, avalia o deputado.

Homossexual e militante da causa LGBT, Wyllys já deu o primeiro passo no sentido de preencher a lacuna legal sobre a união civil entre casais do mesmo sexo. “Elaboramos uma proposta de

emenda à Constituição sobre o assunto. Já contamos com mais de 70 assinaturas e estamos trabalhando para conseguir o número necessário para apresentar a proposta o mais rapidamente possível [171]", revela.

O deputado também faz questão de destacar todo o trabalho da Frente Parlamentar pela cidadania LGBT. "Além da PEC que pretendemos apresentar na Câmara, há também a tramitação do PLC 122 no Senado. O projeto foi desarquivado pela senadora Marta Suplicy (PT-SP) e tem enfrentado uma resistência abjeta. Não sabemos se vamos conseguir aprovar essas leis ainda nessa legislatura, mas lutaremos para isso".

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006 torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero - equiparando esta situação à discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo e gênero, ficando o autor do crime sujeito a pena, reclusão e multa.

Relatado pela senadora Marta



Para o deputado Jean Wyllys, próximo passo é aprovar projeto que criminaliza homofobia

Suplicy, o projeto está em discussão na Comissão de Direitos Humanos do Senado e prevê punições para quem impedir manifestações de afetividade entre homossexuais em locais públicos, quem recusar ou sobretaxar a compra ou a locação de imóveis em razão de preconceito, ou quem, pelo mesmo motivo, prejudicar recrutamento, promoção profissional ou seleção

educacional.

Caso passe na Comissão de Direitos Humanos do Senado, o projeto seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, se aprovado, para o plenário da Casa. Se receber o aval do Senado, a matéria retornará à Câmara, uma vez que foi modificada pelos senadores.

Resistência

O presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado João Campos (PSDB-GO), concorda com o aspecto histórico do julgamento do STF mas, para ele, isso não significa que tenha sido uma decisão positiva para a sociedade. "É um momento negativo, em que o Supremo atropela o Parlamento e ignora a Constituição".

Campos questiona um dos argumentos apresentados pelos ministros no julgamento. "Ouvimos dizerem que a sociedade evoluiu e o Legislativo não acompanhou. Mas onde está determinado que questões com trâmite demorado no Congresso devem ser resolvidas pelo Judiciário? Isso gera uma



Líder da bancada evangélica, deputado João Campos afirma que "STF atropelou o Poder Legislativo"

insegurança jurídica tremenda. O Legislativo deveria então decidir sobre os inúmeros casos que estão prescrevendo sem uma manifestação do Judiciário?”

Apesar de ser contra, o deputado reconhece que a aprovação de um projeto que legalize o casamento homossexual é uma questão de tempo. “Não concordo com a união homoafetiva por divergir do conceito de família em que acredito. Mas com essa decisão do STF, não é mais possível desenvolver um debate democrático no Legislativo. A princípio, a união civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil já é um processo irreversível”.



Parlamentares da bancada evangélica se manifestam contra decisão do Supremo

“Nosso foco agora será no combate ao PL 122. Temos que impedir que o estado brasileiro imponha restrições à liberdade de expressão das igrejas. Não somos, de maneira alguma, a favor da

discriminação. Só que, nos termos em que tramita o PL 122, direitos fundamentais como a isonomia, a livre manifestação do pensamento e a ampla liberdade religiosa estão sendo violados”, conclui. ■

Diversidade sexual na OAB

Além das discussões no Legislativo e no Judiciário, a sociedade civil organizada também tem se posicionado nos últimos tempos sobre a questão dos direitos LGBT. O principal exemplo foi dado pela Ordem dos Advogados do Brasil, que

Foto: Eugênio Novaes OAB



esse ano instalou a Comissão da Diversidade Sexual.

“Os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, pelo qual a OAB se empenha em defender, inclui os direitos à própria orientação sexual. Esses direitos exercidos pelo conceito de autonomia da vontade e da personalidade não podem, em uma nação civilizada, com níveis significantes de desenvolvimento educacional e econômico, expoente no cenário mundial, ter significado exclusivo”, defende a secretária-geral adjunta do Conselho Federal da OAB e coordenadora da Comissão de Diversidade Sexual, Márcia Machado Melaré.

“A OAB entrou nesta causa ciente do grau de complexidade do assunto, por razões culturais históricas, com matiz de preconceito junto à opinião pública. Contudo, acreditamos

que cabe à Ordem exercer o papel de defesa dos direitos humanos, para combater o estigma e a desigualdade estrutural a que se submetem os homossexuais. Propor mecanismos para incluí-los nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado e estabelecer, sob legislação apropriada, os direitos desse grupo, do qual fazem parte sujeitos políticos com demandas específicas, é fundamental para que se atinja a plena cidadania”, explica Márcia.

Entre as principais ações do Conselho, está a criação de um estatuto que aborde o tema. “Um dos nossos objetivos é colaborar para a elaboração de um Estatuto da Diversidade Sexual, nele abrangidos os direitos decorrentes das relações homoafetivas, dos transexuais, e demais integrantes do grupo LGBT”, encerra.

“Também contribuímos”

Parecer da CAT/PGFN sobre a inclusão de dependentes homoafetivos para efeitos fiscais colaborou para os debates que resultaram na decisão do STF favorável à união estável entre casais do mesmo sexo

Em agosto de 2010, um parecer elaborado pela Coordenação-Geral de Assuntos Tributários (CAT) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional movimentou as discussões sobre os direitos homoafetivos em todo o país. O documento, que foi acatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, concluiu que a legislação prevê a inclusão de companheiros heterossexuais de uniões estáveis como dependentes no Imposto de Renda e que o mesmo deve ser garantido aos parceiros homoafetivos.

“Certamente o parecer, na esteira de decisões judiciais e administrativas precedentes, contribuiu para a recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a união homoafetiva. Sem dúvida, esse tipo de iniciativa institucional em prol da diversidade sexual influíu ou serviu de reforço para o STF reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Elas abriram caminho para a legitimidade daquele uso”, afirmam as procuradoras Cláudia Regina Cordeiro e Ariella Ferreira da Mota.

“Como dito no parecer, o significado do texto da lei varia de acordo com seu contexto social. O uso da palavra dá os limites do seu significado. Quando esse significado é, de alguma forma, apropriado ou aceito por uma instituição pública, em que pese



Cláudia Gusmão, coordenadora-geral em exercício, e Ariella Ferreira, coordenadora substituta, integram a equipe de dez procuradores lotados na CAT

apenas estar repetindo ou aderindo ao novo uso antes conferido à palavra pela sociedade, esse novo significado vai ganhando caráter oficial para determinados setores”, completam.

A CAT

O parecer histórico sustentado pela CAT é apenas um dos muitos trabalhos relevantes desenvolvidos pela Coordenação ao longo dos últimos 20 anos. “Prestamos uma assessoria jurídica a todos os órgãos do Ministério da Fazenda, inclusive às unidades da própria Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como aos demais Ministérios da União, quando suas demandas versam sobre

legislação tributária federal em tese”, revelam as procuradoras.

A Coordenação responde, ainda, pela representação da União junto ao CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária. “A atuação pode ser provocada por dúvidas jurídicas desses órgãos federais ou por ocasião de preparação de programas ou projetos normativos tributários de iniciativa do Executivo, sendo que, no que tange à consultoria na área legislativa, a atuação se estende para as demais fases do processo legislativo e independe da autoria do projeto. O objeto tributário federal, portanto, é suficiente para atrair a nossa competência regimental”, explicam.

Equipe

A CAT é formada por dez procuradores que cuidam de todos os questionamentos tributários em tese, respondendo às dúvidas dos diversos órgãos e da própria procuradoria. “A equipe veio se formando ao longo do tempo, com procuradores altamente experientes e especializados com quem temos o orgulho de trabalhar. Procuramos atuar em conjunto, discutindo teses e debatendo a melhor forma de atuação” destacam Cláudia e Ariella.

A integração da Coordenação com outros setores da PGFN é positiva e funciona por intermédio da Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria e Contencioso Tributário, que congrega sob sua administração a CRJ, a CASTF e a COCAT.

“Pela afinidade de matérias, há uma maior intimidade institucional entre essas áreas, mas o relacionamento com as demais Coordenações subordinadas a outras

Adjuntorias e Departamentos é constante e sempre muito harmonioso. Também nos relacionamos com menos frequência, mas de maneira bastante saudável e cooperativa, com as demais unidades da Procuradoria da Fazenda Nacional, sempre que há necessidade de auxílio mútuo”, relatam.

Desafios

Houve muitos avanços na estrutura de trabalho da CAT ao longo dos anos. Uma década atrás eram apenas quatro procuradores responsáveis que, naturalmente, tinham sua atuação limitada pela imensa carga de trabalho.

“A estrutura física da procuradoria foi modificada e as condições de trabalho também melhoraram sensivelmente. Sem contar o aumento da equipe, que hoje é formada por mais que o dobro do pessoal que tínhamos no ano 2000”, afirmam as procuradoras.

Ainda assim, há muitos desa-

fios pela frente. “Nossas principais demandas estruturais continuam sendo a ampliação da equipe e o acesso a cursos de capacitação, sobretudo na área previdenciária”, concluem. ■

A equipe completa

Ariella Ferreira da Mota;
Cláudia Regina Gusmão Cordeiro;
Flávia Gomes Silveira Lima;
Flaviane Ribeiro de Araújo;
Francisco Targino da Rocha Neto;
Márcia Henriques Ribeiro de Oliveira;
Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos;
Roberto Domingos da Mota;
Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista;
Valéria Saques.



Na foto, seis dos dez membros da CAT: Cláudia, Flaviane, Ariella, Márcia, Núbia e Roberto

Procurador da Fazenda Nacional toma posse como ministro do STJ

No último dia 13 de junho, o Superior Tribunal de Justiça empossou três novos ministros, entre eles o PFN Ricardo Villas Bôas Cueva. Membros da carreira estiveram presentes na solenidade

Também foram empossados Antônio Carlos Ferreira e Sebastião Alves dos Reis Júnior, nomeados pela presidente Dilma Rousseff, aprovados em sabatina realizada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e ratificados em votação no plenário da Casa Legislativa.

A posse, bastante concorrida e prestigiada, contou com a presença do vice-presidente da República, Michel Temer, que representou a presidente Dilma; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel; o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante; o presidente do Senado, José Sarney; o ministro Carlos Ayres Britto, representando o Supremo Tribunal Federal; e diversos representantes de associações, sindicatos e entidades da sociedade civil.

Ao dar posse aos novos ministros, o presidente do STJ, ministro Ari Pargendler, destacou que eles chegaram ao STJ precedidos de currículos invejáveis. Os três ministros assumiram cargos no Tribunal da Cidadania em vagas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil pelo quinto constitucional.

Vagas ocupadas

O paulista Ricardo Villas Bôas Cueva, 48 anos, ficou com a vaga do ministro Nilson Naves, aposentado em abril de 2010. O também paulista Antônio Carlos Ferreira, 54 anos, ocupou a vaga aberta



Cueva assina termo de posse como ministro do STJ

com a aposentadoria do ministro Antônio de Pádua Ribeiro, ocorrida em setembro de 2007. Já o mineiro Sebastião Alves dos Reis Júnior, 46 anos, ocupou o assento do ministro Humberto Gomes de Barros, aposentado em julho de 2008.

Sabatina no Senado

No dia 10 maio, ocorreu a sabatina dos ministros na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a aprovação dos nomes no plenário do Senado. Na CCJ, Ricardo Cueva foi questionado e discorreu sobre sua trajetória profissional na advocacia privada e pública, especialmente durante o período em que ocupou diversos cargos na Administração Pública e contribuiu para a

melhoria do serviço público.

"Imediatamente, depois de formado, fui procurador concursado do Estado de São Paulo, por dois anos, e exerci a função na Procuradoria Judicial do Estado encarregada por ações de responsabilidade civil do Estado. Dois anos depois, também por concurso, ingressei na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que, logo em seguida, em 1988, assumi a enorme atribuição de representar a União em juízo em matéria tributária. Fui testemunha direta da enorme modificação que se operou em uma carreira que, então, contava com cerca de 140 membros no País todo e, hoje, conta com cerca de 2.200 procuradores."

E prosseguiu: “nesses mais de vinte anos de Constituição houve uma significativa e profunda alteração no papel e na atuação da advocacia pública, que se sofisticou, se aparelhou e teve que acompanhar a enorme revolução ocorrida no direito público, no número e na importância das demandas que começaram a tomar conta do Judiciário, que também sofreu, nesse período, modificação significativa.”

Participação no Cade

Cueva também fez questão de ressaltar sua participação no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional de 2001 a 2004, “que é um item do meu currículo do qual eu muito me orgulho, porque lá pude ver - destaquei isso quando tomei posse no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) a primeira vez, como conselheiro - que aquele era um modelo de jurisdição administrativa que talvez pudesse ser perseguido em outras searas, porque é um Conselho paritário - metade dos seus membros é oriundo do setor público e a outra metade do setor privado, mediante indicação de entidades de classe – bem como porque é um Conselho muito transparente.”

A importância do STJ

Sobre o Superior Tribunal de Justiça, Cueva enfatizou que no período pós-Constituição de 1988, como criação dela, desanuiu o Supremo Tribunal Federal, abraçando algumas das competências que pertenciam ao Supremo, e passou, com razão, a ser conhecido como o Tribunal da Cidadania, porque sua existência coincide exatamente com a legislação que, de algum modo, deu voz aos direitos difusos e a novos instrumentos de tutela da cidadania em geral, assim como a Ação Civil Pública e as reformas do Processo Civil, que ampliaram o alcance e a importância de algumas dessas inovações do direito material



Posse contou com presença de autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo

no nosso ordenamento, como o Direito do Consumidor e o próprio Direito Antitruste.

Didático no expor, Cueva disse que o “STJ é o Tribunal da Federação porque a ele compete uniformizar a jurisprudência acerca da lei federal, e, portanto, diferentemente dos tribunais ordinários ou dos tribunais de apelação, é o Tribunal que não reexamina prova, analisa apenas a questão jurídica, com papel relevantíssimo de afirmar o que seja o Direito em todo o território nacional.”

Ao final de sua sabatina, Ricardo Cueva assumiu o compromisso de “obedecer, fielmente, os mandamentos constitucionais e legais que definem a natureza e o alcance da competência do STJ, com o intuito de contribuir para a realização da Justiça.”

Novos ministros do Tribunal da Cidadania

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo e mestre em Direito Tributário pela Harvard Law School. É também doutor em Direito Tributário Ambiental pela Johann Wolfgang Goethe Universität, Alemanha.

Atuou como Procurador do Estado de São Paulo e Procurador da Fazenda Nacional e, ainda, como conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). De 2002 a 2004, foi professor de Direito Empresarial do Ibmec

Educacional S/A, em São Paulo. O ministro Villas Bôas Cueva passou a integrar a Terceira Turma do STJ, responsável por julgar questões de Direito Privado.

O ministro Antônio Carlos Ferreira, 54 anos, é paulista, bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Advogado de carreira da Caixa Econômica Federal há mais de 25 anos, ingressou na instituição por meio de concurso público. Na CEF, já ocupou o importante cargo de diretor jurídico e é presidente do Conselho da Escola de Advocacia da Universidade Caixa. O ministro Antônio Carlos Ferreira passou a integrar a Quarta Turma do STJ, responsável por julgar questões de Direito Privado.

O ministro Sebastião Alves dos Reis Júnior, 46 anos, é mineiro, bacharel em Direito pela Universidade de Brasília e especialista em Direito Público pela PUC/MG. Atuou como advogado das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), da Companhia Nacional de Saúde Mental, e foi consultor jurídico do Ministério da Integração Nacional. Também foi chefe da assessoria jurídica da Empresa Brasileira de Comunicações (Radiobrás – 1998 a 2003) e coordenador-geral da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (1998/1999). O ministro Sebastião Alves Júnior passou a compor a 6ª Turma, competente para julgar casos de Direito Penal e Previdenciário. ■

Ex-presidente do SINPROFAZ apresenta balanço da gestão

As principais ações do Sindicato nos últimos dois anos são discorridas pelo PFN Anderson Bitencourt no breve relato a seguir. Ele presidiu o sindicato no biênio 2009/2011

Em 30 de junho, findou-se a gestão da diretoria do SINPROFAZ que teve a honra de capitanear nesses últimos dois anos.

Um grande desafio. Este foi o sentimento que permeou nossa atuação no período. Desde o início, inobstante os avanços da gestão anterior, percebemos algumas oportunidades de aperfeiçoamento da estrutura do Sindicato e centramos nossos esforços nessa direção.

Procuramos imprimir uma nova dinâmica nas deliberações da diretoria da entidade, abrindo espaço para todos os integrantes do colegiado se manifestarem, inclusive os diretores suplentes – os quais, contudo, por força do estatuto da entidade, continuaram sem direito a voto, mas passaram a emitir suas opiniões, auxiliando decisivamente com suas intervenções.

O resultado foi a criação de um ambiente de discussões e deliberações o mais democrático possível. A definição do norte de atuação do SINPROFAZ passou, efetivamente, a ser um projeto de grupo, coletivo. Não temos dúvida de que essa foi uma de nossas maiores realizações.

Outro ponto em que concentramos esforços foi o site do SINPROFAZ, bem como o banco de dados da entidade. Nesse diapasão, sem exagero, reputo que o salto foi gigantesco.

O trabalho foi árduo, demorou quase um ano, mas valeu a pena, sem sombra de dúvida.

Hoje, o SINPROFAZ conta com um site moderno, atraente, e que possibilita a divulgação da carreira de PFN,



tendo se tornado poderoso instrumento de comunicação com os associados e com a sociedade em geral.

Ultrapassado este obstáculo, passamos, então, à tarefa de modernização da estrutura do sítio eletrônico da entidade, incorporando as mais atuais ferramentas de informática em prol dos associados.

Nessa linha, criamos um inovador sistema de acompanhamento de processos judiciais do SINPROFAZ, através do qual o associado, na área restrita do site, passou a ter acesso à íntegra dos autos das ações judiciais mais importantes para a carreira de PFN, além de relatório periódico do andamento dos feitos.

Criamos, com o fito de resgatar a atuação histórica de nossa entidade sindical, o site Memória SINPROFAZ (www.memoriasinprofaz.org.br), trazendo à colação dos associados os registros que marcam o passado recente do Sindicato em defesa dos interesses dos PFNs.

Ainda nessa linha, criamos e desenvolvemos a maior e mais bem sucedida iniciativa de marketing institucional da história do SINPROFAZ e da carreira de PFN, no bojo da Campanha Nacional da Justiça Fiscal, com o mote “Quanto Custa o Brasil Pra Você?”. Conseguimos uma penetração inédita na mídia e na sociedade brasileira, com o discurso de que a concretização da Justiça Fiscal no Brasil pressupõe a realização de uma Reforma Tributária e o efetivo combate à sonegação fiscal, sendo fundamental, neste último aspecto, o fortalecimento da PGFN e a criação de um corpo de prerrogativas e garantias funcionais aos Procuradores da Fazenda Nacional a possibilitar o desenvolvimento de uma verdadeira Advocacia de Estado.

No curso da Campanha “Quanto Custa o Brasil Pra Você?”, promovemos a distribuição maciça da nova edição do Manual do Contribuinte - que revisei cuidadosamente, inclusive criando novo lay-out – disseminando a Educação Fiscal pelo País, com o que demonstramos um outro lado da atuação do SINPROFAZ, voltada para o fortalecimento da Cidadania Fiscal no Brasil.

Em relação às ações judiciais de interesse da carreira de PFN, nossa atuação constante perante o Poder Judiciário concertada com os causídicos do SINPROFAZ resultou em importantes vitórias que, em breve, se traduzirão em benefícios para os Procuradores da Fazenda Nacional, seja em relação ao direito às férias de 60 dias, ilegalmente suprimidas pelo Poder Executivo na década

de 90, seja em relação à indevida incidência de contribuição previdenciária sobre as férias, entre outros casos patrocinados pela entidade sindical.

Patrocinamos também estudos de relevância para o tema dos honorários advocatícios, como o foi a *Auditoria do FUNDAF* e o *Estudo sobre a Adoção de um Sistema de Remuneração por Performance na PFN*.

Através deste último estudo, calçado nos fundamentos da moderna econométrica, demonstramos matematicamente que a distribuição de honorários sucumbenciais aos PFNs, no período de 2004-2009, teria resultado no aumento da arrecadação federal da ordem de mais de quatro bilhões de reais.

Atuamos fortemente nos bastidores para que fosse eliminada a cláusula de barreira que impedia a promoção dos PFNs que se encontravam em estágio probatório. Do mesmo modo, centramos nossas energias na nomeação de todos os candidatos aprovados no último certame de ingresso na carreira de PFN.

Consolidamos a Revista *Justiça Fiscal*, importante iniciativa editorial de autoria do Dr. João Carlos Souto, que propaga a importância estratégica da carreira de PFN nos meios jurídicos.

No âmbito do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, atuamos em conjunto com as demais entidades associativas que representam as carreiras jurídicas da AGU e do BACEN em prol do Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública, na luta pela aprovação das PECs 443 e 452, fundamentais para o resgate da dignidade remuneratória dos PFNs. Para tanto, organizamos intensa agenda parlamentar, com a realização de cafés da manhã, almoços e jantares em diversas regiões do País.

Honrando compromisso assumido na AGO do SINPROFAZ, tivemos atuação decisiva para a institucionalização do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, cristalizando em definitivo este estratégico instrumento de atuação na defesa

dos interesses convergentes dos integrantes da AGU. Por ocasião da eleição da nova diretoria do Fórum, fomos bem sucedidos na indicação do novo Presidente da entidade confederativa, que continua sendo um PFN, Dr. Allan Titonelli, com o reconhecimento unânime do papel de destaque ocupado pelo SINPROFAZ na condução do Fórum.

Em vista da necessidade de aperfeiçoamento da atuação sindical e de um maior engajamento da carreira, organizamos o I Curso de Capacitação para Atuação Parlamentar do SINPROFAZ, em Brasília, iniciativa que merece ser repetida pelos notórios benefícios à defesa dos interesses corporativos dos PFNs no Congresso Nacional e perante as autoridades governamentais.

Postamo-nos firmemente - com altivez e independência, honrando a tradição do SINPROFAZ - contra os projetos de lei da Execução Fiscal Administrativa e da Transação, posto que as referidas proposições legislativas, abstraindo-se a análise quanto ao seu mérito, inaceitavelmente não previam a adequada estruturação da PGFN para fazer frente à nova realidade institucional que propunham.

Participamos ativamente das discussões inerentes à Reforma da LOAGU, enquanto houve espaço para apresentação de sugestões por parte das entidades representativas das carreiras da AGU. Propusemos o fortalecimento das prerrogativas e garantias funcionais dos integrantes da AGU, sempre objetivando o desenvolvimento de uma efetiva Advocacia de Estado, republicana e voltada à defesa do interesse público.

De maneira contundente, mas respeitosa, e por mais de uma vez, desconstruímos o lamentável discurso da AJUFE que, numa postura belicosa em defesa dos interesses corporativos da magistratura, procurou apropriar-se indevidamente das atribuições dos PFNs ao propagar na imprensa uma descabida e inexistente função arrecadatória do Poder Judiciário

Federal. Com efeito, com muita satisfação, elaboramos dois artigos rebatendo as inverdades disseminadas pela Associação dos Juizes Federais, assim denominados: "Ofício do juiz é julgar, e não arrecadar para o Fisco" e "Não é função da Justiça arrecadar para a União".

Apesar de todas as dificuldades, disseminamos em todas as instâncias governamentais a necessidade urgente da criação da carreira de apoio administrativo da PGFN, pleito que, todavia, ainda não se mostrou ao alcance, infelizmente.

Na defesa intransigente dos interesses dos PFNs, atuamos em várias frentes, muitas vezes com a incompreensão de alguns, como é natural em todo processo complexo dessa natureza. De todo modo, ao finalizar nossa gestão - após todo o sacrifício pessoal e prejuízo para o convívio familiar, conjugado com o exercício quase incomensurável de diuturna paciência - o sentimento que nos move é o da certeza do dever cumprido, após sete intensos anos de atuação na linha de frente do SINPROFAZ; cinco anos na condição de Diretor Administrativo da entidade e dois anos na honrosa função de Presidente do SINPROFAZ.

Por fim, agradeço a todos as manifestações dos colegas reconhecendo nosso esforço em prol de dias melhores para os PFNs, principalmente nestes dois árduos anos de luta intensa, registrando por oportuno nossa sincera gratidão aos amigos que cultivamos e que estiveram ao nosso lado nas lides sindicais em nossa gestão. Nosso agradecimento, também, a todos os que compuseram as sucessivas diretorias do SINPROFAZ desde o ano de 2004, quando ingressei na diretoria do Sindicato. SINPROFAZ do qual ora me afasto com a certeza de ter contribuído ativamente para o fortalecimento institucional da única entidade sindical que representa, legitimamente, os PFNs. ■

Anderson Bitencourt Silva
Ex-Presidente do SINPROFAZ

Nova diretoria assume gestão do SINPROFAZ

Em 5 de julho, Allan Titonelli Nunes foi empossado presidente. O PFN, lotado no Espírito Santo, e demais diretores vão comandar a entidade sindical no biênio 2011-2013

A solenidade ocorreu no Conselho Federal da OAB, em Brasília, e contou com a presença de Procuradores da Fazenda, membros de outras carreiras da Advocacia Pública e autoridades do Judiciário, Legislativo e Executivo.

O presidente empossado dividiu a mesa de trabalhos com o ex-presidente, Anderson Bitencourt, e com o presidente do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal e ex-presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto.

Também compuseram a mesa da solenidade o Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB, Marcos Vinícius Furtado Coelho; a Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira, Liana do Rego Motta Veloso, representando a Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; e o Coordenador-Geral de Informações Estratégicas da PGU, Caio Alexandre Wolff, representando a Procuradora-Geral da União.

No primeiro discurso como presidente do SINPROFAZ, Allan Titonelli parabenizou a dedicação, obstinação, liderança e entusiasmo que os antecessores Anderson Bitencourt, João Carlos Souto e demais presidentes conduziram o Sindicato.

Para Titonelli, "assumir a presidência do SINPROFAZ é uma honra e um desafio. Honra porque se trata de carreira secular, reconhecida pela defesa dos interesses do Erário e da Nação. E desafio porque o papel do Sindicato deve transcender a defesa das prerrogativas dos PFNs, avan-



çando na integração entre os interesses dos cidadãos e do Estado".

Na oportunidade da posse, houve ainda a reinauguração do Centro de Estudos Jurídicos do SINPROFAZ e a apresentação de um balanço da campanha "Quanto Custa o Brasil pra Você?". Após o encerramento da solenidade, foi oferecido um coquetel aos presentes.

Renovar, consolidar e avançar

A chapa encabeçada pelo presidente Allan Titonelli lançou candidatura com o objetivo de dar continuidade ao processo de valorização da carreira.

Para a concretização desse propósito, foi constituída uma chapa que

prezou pela renovação, reunindo a participação de PFNs dos concursos mais recentes à experiência de colegas que contribuíram, no passado recente, com inúmeras ações relevantes para a carreira. Além da diversidade no que se refere às gerações que compõem a carreira, há representação de várias regiões do país.

A expectativa deste time que assume o Sindicato é que a comunhão de renovação com experiência proporcione a consolidação de iniciativas positivas, como a mobilização em torno das PECs do Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública, e o avanço com novas propostas e mais participação.

Propostas

A nova diretoria do SINPROFAZ apresenta algumas propostas para o aperfeiçoamento da representatividade da carreira, a despeito de outras que vierem a surgir, construídas com as sugestões dos filiados.

1) Manutenção e fortalecimento dos laços com o Fórum, tendo em vista o sucesso que a entidade tem representado para a concretização dos anseios da Carreira.

2) Estreitamento dos laços com todas as entidades representativas da Advocacia Pública, visando a construção de uma política de valorização e fortalecimento dos Advogados Públicos.

3) Criação de uma Comissão para análise e reforma do Estatuto para, por exemplo, adotar mecanismos modernos de deliberação, como consulta eletrônica.

4) Descentralização da atuação sindical, com fortalecimento das Delegacias Sindicais. Reativação da lista dos delegados sindicais como forma de manter canal de comunicação mais próximo com os sindicalizados.

5) Luta pela implementação da nomeação de todos os cargos vagos de Procurador da Fazenda Nacional, através da realização imediata de concurso.

6) Luta pela implementação de uma carreira de apoio.

7) Continuidade do processo de visita às unidades da PGFN como forma de verificar a realidade de cada localidade.

8) Elaboração de um processo de publicidade contínuo, através de boletins semanais e extraordinários.

9) Continuidade do processo de interação com a sociedade, para catalizar visibilidade à carreira.

10) Constituição de um processo de gestão administrativa do Sindicato. Como a carreira tem aumentado de tamanho, as instalações e funcionários do Sindicato não satisfazem todas as demandas que estão surgindo.

11) Aproximação com os veículos da grande mídia, buscando uma relação mais profícua com a imprensa.



Diretoria do SINPROFAZ (Gestão 2011-2013)

Presidente: Allan Titonelli Nunes (PFN/ES)

Vice-presidente: Roberto Rodrigues de Oliveira (PFN/GO)

Diretor Secretário: Kalyara de Sousa e Melo (PGFN/DF)

Diretor Administrativo: João Soares da Costa Neto (PFN/PB)

Diretor Jurídico: Deysi Cristina D'rolt (PRFN 4ª Região/RS)

Diretor de Assuntos Profissionais e Assuntos Técnicos: Heráclio Mendes de Camargo Neto (PSFN Osasco/SP)

Diretor de Relações Intersindicais: José Valter Toledo (PFN/SC)

Diretor Cultural e de Eventos: Chrissie Rodrigues Knabben Gameiro Vivancos (PSFN Franca/SP)

Diretor de Assuntos Relativos aos Aposentados: José Vilaço da Silva (aposentado)

Diretor de Comunicação Social: Jânio Nunes Vidal (PFN/CE)

Diretor de Assuntos Parlamentares: Filemon Rose de Oliveira (PSFN Osasco/SP)

Suplentes:

1. Regina Tamami Hirose (PRFN 3ª Região/SP)

2. Joélcio Martins da Silva Filho (PSFN Vitória da Conquista/BA)

3. Edson Soares da Costa (PFN/RJ)

4. Bradson Camelo (PFN 5ª Região/PE)

12) Ampliação da Agenda Parlamentar, com continuidade ao processo em curso, e também dos contatos, em parceria com o Fórum Nacional.

13) Sistematização do cadastro de filiados para liberação imediata do acesso à lista do Sindicato.

14) Participação formal do SINPROFAZ como membro permanente da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

15) Fortalecimento da Diretoria de Aposentados.

16) Continuidade do processo de

estreitamento dos laços com a OAB nacional, estaduais e subseções.

17) Realização de pelo menos um seminário ou palestra por semestre voltado para a relação da carreira com o Parlamento.

18) Continuidade do processo de elaboração de estudos profissionais visando subsidiar as demandas da carreira, a exemplo do Diagnóstico do FUNDAF e da Remuneração por Desempenho.

19) Ampliação da atuação da Coordenação de Defesa Profissional. ■

Diferentes olhares sobre a balzaquiana LEF

Após 30 anos de vigência, Lei nº 6.830 é colocada em pauta por PFNs da nova geração que também prestam homenagem ao jurista Leon Frejda, expoente da velha guarda da carreira

Admiração por um professor, fonte de inspiração inclusive na escolha do caminho profissional, resultou na edição de um livro que resgata a história da Lei de Execução Fiscal (LEF), presente no cotidiano de vários Procuradores da Fazenda Brasil afora.

Tudo começou ainda no banco da faculdade, quando a estudante de Direito Ingrid Caroline Cavalcante de Oliveira Deusdará conheceu e passou a desfrutar de profícua convivência com o eterno jovem professor Leon Frejda Szklarowsky. Anos mais tarde, já atuando como Procuradora da Fazenda Nacional e motivada pelo aniversário de 30 anos da Lei nº 6.830/80, Ingrid percebeu o momento oportuno para homenagear o agora colega de carreira Leon.

O passo seguinte para concretizar a ousada iniciativa foi buscar a parceria da colega PFN Sara de França Lacerda que topou o desafio de imediato. Nesta nobre missão, que as coordenadoras da publicação também chamam de sonho realizado, ingressou mais uma jovem PFN, Herta Rani Teles Santos.

As três coordenadoras então uniram esforços para realização de um trabalho que, por um lado, iria homenagear o co-autor da LEF,



As PFNs Herta, Ingrid e Sara resgataram história da LEF

Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional aposentado, professor Leon, e, por outro, contribuiria para “fomentar a discussão no âmbito da recuperação dos créditos públicos e instigar debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dessa sistemática processual”.

A ideia foi muito bem acolhida dentro da PGFN e da AGU. As Procuradoras fazem questão de mencionar o apoio e incentivo de três outros colegas de carreira: o Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams, o Procurador-Geral Adjunto do Contencioso Tributário, Fabrício Da Soller, e o Consultor-Geral da União, Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy. É o ministro Adams quem assina o prefácio do livro e também o artigo “Os dados do Conselho Nacional de Justiça e a influência da execução fiscal nas taxas de congestionamento do Poder Judiciário”.

Olhares diversos

Em primeiro momento, as PFNs convidaram os colegas da Divisão de Assuntos Fiscais para colaborar com artigos. “Os nomes foram surgindo aos poucos. Além dos PFNs que lidam no dia a dia com a referida legislação, houve sugestões do próprio Leon tanto de pessoas de dentro como de fora da carreira”, revela Ingrid.

“A obra reúne renomados doutrinadores de carreiras diversas, dentre eles a nova geração de Procuradores da Fazenda Nacional, advogados, juizes, ministros e professores catedráticos na matéria em comento, merecendo destaque, além do homenageado, os notáveis Mestres Hugo de Brito Machado, José Augusto Delgado e Leandro Paulsen”, registra Luiz



Ingrid, Herta e Sara homenagearam o professor Leon Frejda

Antonio Guerra, ex-presidente do Instituto dos Advogados do Distrito Federal, nas linhas que redigiu para apresentar a publicação.

A PFN Ingrid comenta ainda a colaboração de um colega de faculdade de Leon que brindou o projeto com “Duas Palavras”. Ela se refere ao tributarista e professor Ives Gandra da Silva Martins.

No breve comentário, Ives Gandra lembra que ao trabalho de Leon “deve-se a Lei nº 6.830/80, que tivemos, enquanto redigia o anteprojeto, muitas vezes, oportunidade de discutir. Aliás, a todos os mais renomados tributaristas da época, Leon levou seu anteprojeto para debater, jamais tendo receio de defendê-lo, absorvendo, com elegância, as críticas e enfrentando, com galhardia, as dificuldades. Graças a seu talento e méritos, a lei foi aprovada e vige até o presente”.

Aliás, no artigo de abertura do livro, assinado por Leon, há registros da história da Procuradoria da Fazenda Nacional, desde suas origens, o histórico e a gênese da Lei de Execução Fiscal vigente, além da sugestão de um projeto objetivando descongestionar a Justiça. Trata-se do projeto de lei do Senado (PLS) 10/05, que propõe a instituição de penhora administrativa realizada por pro-

curadores das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias.

A experiência

As três coordenadoras, assim como a LEF, estão rondando os 30 anos. A experiência de organizar uma publicação era inédita para elas. Além dessa responsabilidade, Herta, Ingrid e Sara são autoras de artigos publicados no livro.

“Para mim, foi um aprendizado, não só com as minhas colegas, mas também com o Leon, especialmente no campo intelectual. Ele tem um espírito muito jovem e uma grande vontade de fazer as coisas e se doar”. Sobre as parceiras de empreitada destaca “o perfil destemido de Ingrid e a prudência de Sara”.

No artigo intitulado “A efetividade da penhora on-line no processo executivo fiscal: o instrumento da pré-penhora”, Herta discorre sobre a constante tentativa de melhorar o processo de execução fiscal.

“A LEF acabou de completar 30 anos. O mundo e as perspectivas mudaram e o processo de execução fiscal precisa ser revisto, principalmente para que tenha agilidade, seja efetivo e dê resultado”. Uma das ideias defendidas por Herta no texto,

com balizamento na doutrina e na jurisprudência, é o emprego contínuo do instrumento da prepenhora na execução forçada sempre que o demandado não for encontrado em seu domicílio para fins de citação. Na visão da autora, “a freqüente utilização desse instrumento da prepenhora auxiliaria a oxigenar o processo de execução fiscal”.

Ao avaliar a participação em projeto de tamanha envergadura, a PFN Sara disse que, num primeiro momento, se surpreendeu com a complexidade da tarefa. “Quando folheava uma coletânea de artigos, imaginava ser um trabalho mais simples. Percebi que pode ser um trabalho muito mais complicado do que o desenvolvimento de uma obra individual”.

Mas ela lembra que puderam contar com os ensinamentos do professor Leon para superar os obstáculos que foram surgindo. “Tanto na parte jurídica quanto no resgate da história da Procuradoria e da LEF, o professor Leon foi um guia para nós”.

Como autora, Sara colaborou com o artigo “O redirecionamento da execução fiscal nos casos de dissolução irregular”. Também com intenção de agilizar o processo e aperfeiçoar a atuação do Estado trazendo mais eficácia, a PFN buscou firmar o posicionamento da PGFN no que se refere à responsabilização dos sócios. A divergência jurisprudencial existente sobre o tema foi uma das inspirações de Sara para tratar do assunto.

Lição para toda a vida

Idealizadora do projeto, Ingrid reforça a admiração por Leon dizendo que o considera um pai

espiritual, cuja luz vem seguindo desde a época de faculdade. “Mesmo sem a presença do Leon, nos momentos finais do trabalho, percebemos como a convivência com ele já havia nos trazido um amadurecimento”.

Segundo Ingrid, a maior lição absorvida com Leon é o próprio exemplo de ousadia que ele representa ao longo dos anos em que se dedicou à Procuradoria. “Ele não se esquivou diante de nenhuma dificuldade”. E é assim que Ingrid pretende seguir em frente na carreira que escolheu. “Como PFNs, nossas ideias, os temas que levantamos, vão sofrer críticas. Mas nunca devemos baixar a cabeça. Temos que aceitar as críticas e aproveitá-las para construir, nunca desistir”. Para a jovem PFN, “fazer parte da carreira tem que significar muito mais do que simplesmente carregar um título. Temos que ter um diferencial”.

É o que a PFN procurou fazer ao redigir o artigo “Possibilidade de compensação de créditos previdenciários com débitos de

demaís tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil”. O tema é objeto de proposição que tramita no Congresso Nacional, o PL 6.999/07. Ingrid complementou o trabalho com comentários sobre a fusão dos fiscos e a conseqüente criação da Super-Receita.

Lançamento

Editado pela Consulex, o livro Execução Fiscal – Um tema atual sobre diferentes olhares, foi lançado no dia 11 de maio em evento no Superior Tribunal de Justiça.

Apesar do estado debilitado, por problemas de saúde, o homenageado Leon Szklarowsky compareceu à solenidade. Ele brindou a platéia com breve discurso ressaltando: “eu estou grato a todos indistintamente. Gratíssimo aos meus colegas da Procuradoria porque a homenagem não é a mim, é à Procuradoria”.

O livro pode ser adquirido pelo site da Editora Consulex: www.consulex.com.br ■

Foto: Arquivo pessoal



Lançamento do Livro EXECUÇÃO FISCAL
STJ - 11 de Maio de 2011 - Brasília-DF

Modelo de unidade

| Planejamento e organização fazem da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Acre uma das seções de referência para as demais unidades do País

O fim do século XIX e início do século XX foram marcados na região do extremo noroeste brasileiro pela chegada de milhares de famílias, especialmente nordestinas, em busca das oportunidades oferecidas pela chamada “corrida da borracha”.

Um século depois, seis Procuradores da Fazenda Nacional fizeram caminho semelhante. A busca já não era mais por vagas de emprego na indústria seringueira, mas sim pela função de recuperação de créditos em um dos postos de trabalho da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Acre. Juntamente com um PFN local, a equipe compõe hoje um dos escritórios mais organizados da PGFN em todo o país.

“Nossa rotina de trabalho é agradável e dinâmica devido à organização montada por nosso Procurador-Chefe, que estrutura a política do ‘conheça seu cliente’”, revela a delegada sindical do SINPROFAZ no estado, Jeanine Leite Vaz de Barros.

Nascida na capital alagoana e formada em Direito pela Universidade Federal de seu estado, a procuradora migrou para o Acre

Foto: Arquivo pessoal



Fachada do prédio onde funciona a PFN/AC

em 2008, imediatamente após sua nomeação na PGFN. “Tomei posse em Rio Branco [capitão acreana] e aqui permaneci por opção. Fiquei encantada com a organização e o funcionamento da unidade e decidi permanecer no Acre para contribuir com meu trabalho para a formação de uma unidade modelo”, conta.

“Ao notar a importância da sindicalização e mobilização da carreira em prol das conquistas, me filiei imediatamente ao SINPROFAZ e assumi o posto de Delegada Sindical do Estado do Acre. Minha função é diminuir a distância entre os sindicalizados do estado e a sede do sindicato”, explica a procuradora, que

também é diretora da Escola Superior da PGFN no Acre (atual Centro de Altos Estudos) desde 2009.

A organização

O carioca Rubem César Costa Guerra ocupa desde 2001 o cargo de Procurador-Chefe da Fazenda Nacional no Acre. Foi ele o idealizador do programa que batizaram de “conheça seu cliente”.

“Dos sete procuradores que temos lotados no escritório, dois têm destinação específica para o Juizado Especial Federal e para os Grandes Devedores. Os demais, inclusive o chefe, têm suas atribuições distribuídas em fun-

ção da letra inicial dos devedores. Seguimos a filosofia de que o conhecimento das características do devedor permite uma atuação mais efetiva tanto na execução quanto na defesa das causas”, explica o procurador Rubem.

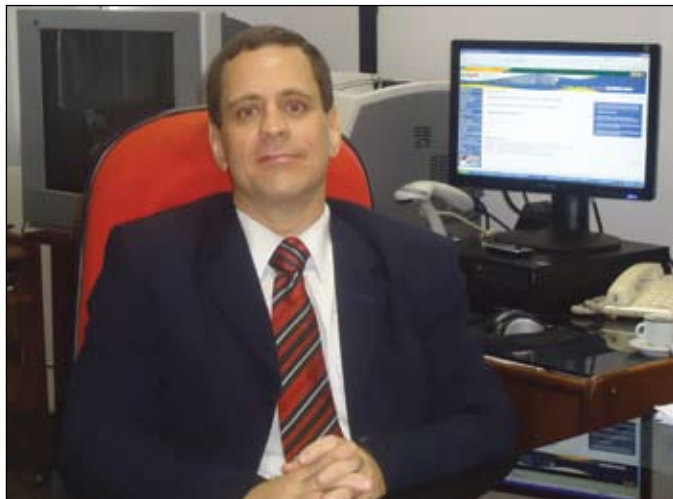
“A distribuição por letra levou em consideração o número de inscrições e execuções, o auxílio da base de dados do DW e do Informar, bem como o fluxo de entradas e saídas dos processos na unidade nos últimos seis meses, o que permite que haja uma equiparação no volume de serviços a serem executados por cada procurador”, detalha.

“Face a organização da unidade e o grande esforço de

Foto: Arquivo pessoal



Os PFNs Hécio, Rubem, Jeanine, Carlos Henrique, Liana, Josialdo e Daniel compõem a equipe da PFN/AC



Rubem idealizou o programa “Conheça seu cliente”



Jeanine é delegada sindical do SINPROFAZ no Acre

todos, procuradores e servidores, conseguimos, na medida do possível, cumprir as metas estabelecidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e também nos mantermos atualizados com os pareceres emitidos e videoconferências”, destaca a procuradora Jeanine.

Desafios

Criada em 1983, a Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Acre é bem estruturada e gerenciada. No entanto, como em todas as seções, há necessidades de aperfeiçoamento. “Nossas condições de trabalho são boas, embora não sejam perfeitas. Há carência de pessoal administrativo, posto que vários servidores se aposentaram nos últimos cinco anos e outros estão em vias de fazê-lo. Isso resulta em um problema, caso não haja a realização de concurso público para reposição dessa mão-de-obra fundamental para o bom desenvolvimento das atividades

de qualquer unidade da procuradoria”, reflete o procurador Rubem.

“De fato, existem muitas coisas que ainda deixam a desejar na procuradoria, assim como em outras unidades. Há a questão da falta de servidores, de estrutura física própria e equipada, de recursos suficientes para materiais de expediente, entre outras coisas”, revela a procuradora Jeanine. “Mas apesar dos problemas, nunca nos esquecemos de colaborar uns com os outros, tratando sempre com respeito os contribuintes, passando as informações cabíveis à solução dos problemas e buscando ao máximo o cumprimento do dever de recuperação do crédito tributário”, conclui.

Satisfação

“Posso dizer que sou uma pessoa realizada profissionalmente, pois trabalho com o que gosto, num ambiente saudável e harmônico, com profissionais com os quais posso contar, tro-

cando experiências e conhecimentos”, diz Jeanine.

Sentimento que é compartilhado pelo procurador Rubem. “Tenho profunda satisfação em exercer o cargo de Procurador da Fazenda Nacional. Função que permite a oportunidade de promover a justiça fiscal neste país, bem como ajudar a manter o ingresso de recursos necessários para o desenvolvimento das atividades estatais”.

Além da satisfação com o exercício da função de PFN, o procurador também faz questão de destacar o desenvolvimento da PGFN como instituição nos últimos anos. “Penso que o órgão está em evolução com relação às suas condições estruturais e funcionais, bem como em relação ao reconhecimento de sua relevância institucional para a nação brasileira. Muito se caminhou desde que entrei na carreira, embora haja ainda um longo percurso a seguir até que a PGFN realmente esteja na posição em que deve estar”. ■

A obrigatoriedade do exame da OAB

A polêmica não é recente. Há pelo menos meio século o Congresso Nacional se debruça sobre o tema. Argumentos contrários e favoráveis são colocados na arena de debates

De antemão, é importante registrar que já houve período na história do Direito brasileiro em que o exame de ordem não era obrigatório e, portanto, uma exigência para o exercício da advocacia. Nesse período, o estágio de prática forense servia como comprovante de inscrição na OAB. Essa possibilidade era regulada pelas Leis 4.215/63 e 5.842/72.

Sérios problemas foram constatados durante a vigência das duas normas, como destacou o saudoso deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP) ao apresentar o Projeto de Lei (PL) nº 2.938, no dia 29 de maio de 1992. A proposição tinha o objetivo de dispor sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Após dois anos de discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o PL 2.938 foi sancionado pelo presidente Itamar Franco, transformando-se na Lei 8.906, de 4 de julho de 1994.

Ao propor e batalhar pela sanção do PL 2.938, Ulysses Guimarães defendeu a obrigatoriedade do exame da Ordem, sem exceção, para quem desejasse atuar na advocacia.

Os argumentos, apresentados há 19 anos e publicados no Diário do Congresso Nacional, Seção I, em 24 de junho de 1992, página 14227, estão atuais e sinalizam o quanto o debate do tema é polêmico.

Para comprovar essa assertiva, resgatamos a íntegra da justificativa do PL 2.938 na parte correspondente ao Exame da Ordem e estágio, que diz:



“O Exame da Ordem deve ser obrigatório, sem exceção, para quem desejar ingressar na OAB.

O sistema opcional da Lei 4.215/63 (estágio ou exame de ordem), agravado pela Lei 5.842/72, não contribuiu para a melhoria da qualidade dos bacharéis que logram inscrição na OAB. O exame de ordem, como critério exclusivo de seleção, nunca se viabilizou por conta da reação dos dirigentes de más escolas de direito. A Lei 5.842 dispensou o exame para os que realizassem o ‘estágio de prática forense e organização judiciária’, ministrado pelas próprias instituições de ensino. Como resultado, equiparou-se o produto da boa e da má escola, podendo todos ingressar na OAB sem qualquer controle ou aferição da competência profissional mínima.

A Lei deve estabelecer mecanismos

de seleção aos bacharéis em direito que desejarem exercer a advocacia, como ocorre com as demais funções necessárias à administração da Justiça (Magistratura e Ministério Público). É assim nos países organizados do mundo. Advocacia é serviço público indispensável, devendo o interessado comprovar um padrão mínimo de competência.

Melhor seria que a OAB não tivesse de se preocupar com a qualidade dos cursos jurídicos. Contudo, as conseqüências da má qualidade não são assumidas pelas escolas, mas justamente pela OAB, que tem de lidar com profissionais despreparados, em prejuízo do prestígio e da reputação da classe.

Poucos estágios supervisionados funcionam a contento no Brasil, seja o estágio profissional regido pela Lei 4.215, seja o estágio de prática forense e de organização judiciária (Lei 5.842).

O projeto pretende unificá-los em um só regime, tendo dupla finalidade: a) capacitar o estudante a realizar o exame de ordem; b) facultar a inscrição no quadro de estagiários da OAB, aos que não exercerem atividades incompatíveis com a advocacia. O estágio (concebido como curso preparatório de prática de advocacia) poderá ser ministrado pelas próprias instituições de ensino superior, pela OAB e por departamento jurídicos credenciados”.

Cenário atual

Em recente audiência realizada na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o diretor de

Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Paulo Roberto Wollinger, defendeu a continuidade da prova e discorreu sobre a quantidade de cursos e de alunos matriculados nos cursos de Direito em todo o país.

Ele afirmou que atualmente há no país 30 mil cursos de graduação e 2.500 instituições de ensino superior, frequentadas por seis milhões de estudantes. A ideia do MEC é expandir ainda mais a oferta, diversificá-la e interiorizar o ensino superior.

Diversificar é a principal meta porque cinco cursos de graduação somam quase a metade do total de vagas: Direito, Administração, Contabilidade, Pedagogia e Enfermagem.

Wollinger defendeu a prova da OAB ao sustentar que vê o teste como um exame de acesso profissional, não como um exame de avaliação. "Há uma tendência de convergência entre dados do Enade (Exame Nacional de Desempenho Estudantil) e do Exame de Ordem", disse.

Segundo o representante do MEC, por estar em fase de consolidação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que abrange o Enade, ainda não é capaz de atestar a qualidade do ensino a ponto de dispensar qualquer outra forma de avaliação.

Ainda de acordo com Wollinger, a mais recente avaliação do Enade em relação a cursos de Direito mostrou que cerca de 80 faculdades tiveram desempenho frágil e estarão sujeitas a redução de vagas e podem até mesmo ter de suspender novos vestibulares.

Posicionamento da OAB

O secretário-geral da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, afirmou que para a Ordem seria muito mais cômodo acabar com o exame. O fim das provas transformaria automaticamente cerca de 400 mil bacharéis em advogados, que

pagariam a anuidade cobrada pela OAB. "No entanto, o que nos move não é o interesse financeiro, mas a qualidade do ensino e o combate à proliferação de cursos de Direito de péssima qualidade".

Segundo Furtado, a fábrica de cursos de má qualidade possui uma forte reprimenda por parte da OAB. Mais de 90% dos pedidos de autorização de cursos de Direito recebem pareceres contrários da entidade. Contudo, o MEC possui a palavra final sobre a matéria. As boas faculdades públicas e privadas possuem índice de aprovação no exame de ordem superior a 60%, sendo que os não aprovados em primeiro exame acabam por obter êxito em exame posterior.

Pesquisa sobre o exame

Furtado disse também que, no último Exame de Ordem, a Fundação Getúlio Vargas fez uma pesquisa com os bacharéis que se submeteram às provas. Foram ouvidos 7.861 bacharéis, dos quais 74,4% se declararam a favor da seleção organizada pela OAB.

Os números mostram ainda que mais de 80% dos bacharéis egressos de universidades públicas, especialmente as federais, são aprovados na primeira vez que fazem o teste.

Números do Exame

Dados do Portal Exame de Ordem, um dos mais respeitados sites que se dedica à discussão do tema, revelam que o número de inscritos no exame nos últimos três anos cresceu muito mais do que o de candidatos aprovados.

No primeiro exame de 2008, por exemplo, foram 39.357 inscritos. Do total, 11.063 foram aprovados (29%). No último exame da Ordem, realizado em dezembro de 2010, o resultado final foi o pior da história da entidade: apenas 9,74% dos bacharéis em Direito foram aprovados de um total de 116 mil inscritos. ■

Experiências de outros países

Segundo a OAB, inúmeras nações possuem teste de admissão à advocacia semelhante ao exame de ordem.

Na Itália, após a graduação, realiza-se estágio específico para a advocacia de dois anos, distinto do estágio curricular. Depois, o postulante deve se submeter a um teste de seleção, composto de provas escritas e orais. Além de todos estes requisitos, para advogar nos tribunais italianos, são necessários 12 anos de inscrição do Colégio de Advogados (Lei nº 27/1997).

Na França, após conclusão do curso de Direito, o pretendente à advocacia deve realizar e ser aprovado em um curso específico de um ano e, após, se submeter a estágio forense direcionado à advocacia de dois anos, tal qual a residência médica. Esse estágio profissionalizante não se confunde com o estágio curricular de graduação.

Nos Estados Unidos, a maioria dos estados realiza teste de admissão para a advocacia, denominado *Bar Examination*, além de testes de personalidade para avaliar o caráter dos candidatos e a sua aptidão para o exercício da profissão. No currículo de Abraham Lincoln consta com orgulho a sua aprovação no "exame de admissão à advocacia em 1836".

Na Inglaterra e no País de Gales ocorre a seleção através do Curso de Formação Profissional. Exames semelhantes são exigidos em países como Hungria, Polônia, Irlanda, Malásia, Filipinas e África do Sul.

SINPROFAZ promove curso de capacitação a filiados

Brasília foi a primeira cidade a sediar o curso. Após esta experiência-piloto, Sindicato pretende formar novas turmas em outras unidades da Federação

25 Procuradores da Fazenda Nacional lotados em diferentes pontos do Brasil atenderam ao convite do SINPROFAZ e integraram a primeira turma. O curso ocorreu em 7 de junho no Mercure Brasília Hotel.

A realização deste curso é mais uma iniciativa do Sindicato para consolidar a atuação pró-ativa dos integrantes da carreira de Procurador da Fazenda Nacional perante os atores políticos e a sociedade.

Recentemente, com o lançamento da campanha "Quanto Custa o

Brasil pra Você?", que já passou por Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Macapá e Ribeirão Preto, o Sindicato alcançou grande êxito no propósito de conferir maior visibilidade ao trabalho dos PFNs. As ações da campanha têm sido uma importante demonstração à sociedade do papel dos Procuradores da Fazenda para a disseminação da Educação Fiscal em nosso País, conscientizando sobre temas relevantes para a Nação, como a Reforma Tributária e o combate à sonegação fiscal.

O curso

Profissionalizar a atuação do SINPROFAZ junto ao Parlamento e ao Poder Executivo para dotar os colegas sindicalizados de conhecimentos técnicos relacionados à dinâmica própria de funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo é o principal objetivo do I Curso de Capacitação para Atuação Parlamentar.

A duração do curso é de oito horas-aula. Foram convidados os professores Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto e Antônio Augusto



PFNs avaliam positivamente iniciativa do SINPROFAZ e recomendam curso aos colegas

de Queiroz, ambos com grande experiência no segmento.

Os participantes receberam gratuitamente exemplares de duas obras, de autoria dos professores palestrantes: "Curso de Regimento Interno da Câmara dos Deputados" e "Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis", além de apostila específica. Para melhor aproveitamento do curso, realizado num único dia, nos períodos matutino e vespertino (com pausa para almoço), o SINPROFAZ disponibilizou aos participantes: Constituição Federal atualizada, Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além do Regimento Comum das Casas Legislativas.

Iniciativa aprovada

Os Procuradores da Fazenda que assistiram ao curso aprovaram a iniciativa do Sindicato. "A iniciativa é válida para desenvolver a capacidade de articulação da categoria que, para mim, é muito fraca. As pessoas não têm interesse em se envolver nas questões que dizem respeito a elas mesmas e isto é uma forma de tentar tirá-las da inação", opina o PFN Helder Valadares Moreira, lotado em Belo Horizonte/MG.

Ele pretende reproduzir o que aprendeu no curso, na medida do possível, dentro de seu ambiente de trabalho. "O programa é bom e muito satisfatório neste primeiro contato sobre a forma de tomada de decisão política. Agora conheço os meios de tentar interferir no processo decisório para favorecer aquilo que nos interessa, seja numa perspectiva corporativista seja numa perspectiva mais abrangente para a sociedade, como foi no caso da mobilização que culminou na Lei da Ficha Limpa".

Na mesma linha de raciocínio, a



Miguel Gerônimo é advogado e servidor da Câmara Federal



Antônio Augusto é jornalista e assessor parlamentar do SINPROFAZ

PFN Iolanda Guindani, que veio de Santa Cruz do Sul/RS para participar do curso em Brasília, avalia positivamente sua realização. Segundo a Procuradora, "o SINPROFAZ tem inovado cada vez mais com iniciativas como a edição da revista Justiça Fiscal e a promoção deste treinamento. Estamos aprendendo a ter uma visão mais ampla do processo legislativo. Isso nos ajuda com certeza não somente nos nossos processos pessoais como também para entender o funcionamento da máquina administrativa". Iolanda recomenda aos PFNs que participem das próximas turmas. "Achei ótima a escolha dos professores e o formato do curso, que é bem adequado porque não nos ocupa por muito tempo. Quanto mais conhecimento nesta seara, melhor será para nós. Aconselho aos colegas que prestigiem esses encontros, sempre muito positivos".

O PFN Sérgio Augusto Guedes Pereira de Sousa, lotado em São Paulo, acabou de completar 18 anos na Procuradoria e comenta com entusiasmo a adesão ao curso. "Estamos ganhando em nível de excelência e isso é muito im-

portante. Apenas fiquei um pouco decepcionado com a carreira porque imaginei que haveria grande procura". Para Sérgio, esta é uma iniciativa que a carreira deveria abraçar com muita receptividade. "A falta de interesse da maioria mostra que estamos desmobilizados".

Na avaliação de Sérgio, "é um curso muito bem feito, bem montado, ministrado por pessoas que entendem de processo legislativo e esclarecem como as políticas públicas caminham dentro do Congresso Nacional".

Os palestrantes

Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto é advogado, bacharel em Economia, ex-chefe de gabinete de liderança partidária. Atualmente exerce a função de Assessor da Diretoria Legislativa. É autor do livro O Processo Legislativo na Câmara dos Deputados (2002) e colunista junto à Revista Prática Jurídica (Editora Consulex). Ministra cursos em órgãos institucionais e preparatórios para concursos. É professor de pós-graduação em Processo Legislativo do Cefor/CD.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de Documentação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. É autor de livros e publicações como *Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis, Por dentro do governo - como funciona a máquina pública, Quem foi Quem na Constituinte, Cabeças do Congresso Nacional - pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes e Radiografia do Novo Congresso*. Professor convidado para cursos de Assessoria Parlamentar e Marketing Político da UnB. Presta assessoria parlamentar a várias entidades representativas de carreiras típicas de Estado, dentre as quais o SINPROFAZ.

Questão salarial

Durante o curso, o palestrante Antônio Augusto de Queiroz, consultor do SINPROFAZ, também tratou da questão salarial e das proposições de interesse dos advogados públicos em geral e dos Procuradores da Fazenda em particular.

Em relação à política salarial do governo Dilma, Queiroz detalhou as restrições legais, particularmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, segundo a qual eventuais aumentos de despesas permanentes, entre elas a revisão salarial, só serão concedidos para as carreiras cujos projetos prevendo aumento ou reajuste tenham sido encaminhados ao Congresso até 31 de agosto de ano anterior.

De acordo com o consultor, em 2011, é muito difícil, senão impossível, qualquer revisão salarial, já que o projeto prevendo tal atualização não foi encaminhado em 2010. E, para 2012, as negociações devem ser iniciadas imediatamente para que até agosto seja

encaminhado o projeto de lei ao Congresso, sob pena de a carreira ficar mais um ano sem reajuste. Alertou, ainda, que a intenção do governo é atualizar os salários só em 2013, daí a importância de mobilização já.

Disse, também, que os PFNs dispõem de várias alternativas para viabilizar algum tipo de ganho salarial, direta ou indiretamente, que outras carreiras não têm. Citou como exemplo as PECs 443/2009 e 452/2009, que vinculam os advogados públicos ao subteto de desembargador, cujo subsídio corresponde a 90,25% do teto do Supremo Tribunal Federal. A primeira PEC já teve comissão especial reconstituída por ato do presidente da Câmara, mas aguarda instalação e indicação dos membros; enquanto a segunda aguarda a inclusão em pauta na Comissão de Constituição e Justiça para votação de parecer de admissibilidade.

Na mesma linha, citou outros exemplos que podem atender aos pleitos dos PFNs, caso seja de interesse da carreira, entre os quais: a) a possibilidade de instituição de

honorários, já que existem os recursos sucumbenciais; b) a liberação para que os advogados públicos possam advogar; c) a luta pela PEC que restabelece o adicional por tempo de serviço; d) a luta pelo fim da contribuição dos inativos; e e) a votação de uma lei orgânica que garanta prerrogativas e condições de trabalho.

Falou também de projetos potencialmente contrários aos interesses dos servidores em geral, especialmente o PL 1992/2007, que trata da previdência complementar, e o PLP 549/2009, que autoriza a dispensa por insuficiência de desempenho, ambos concebidos por ocasião da elaboração do PAC I.

Finalmente, comentou sobre o ganho de imagem do sindicato e da carreira proporcionado por diversas iniciativas, principalmente, campanhas e produtos desenvolvidos pelo SINPROFAZ. Lembrou, no primeiro grupo, a campanha "Quanto custa o Brasil pra você?" e no segundo a edição e distribuição do "Manual do Contribuinte", dos "Números da PGFN" e da "Revista Justiça Fiscal", entre outros. ■



Presidente Anderson Bitencourt cumprimenta PFNs presentes no curso

Responsabilidade Civil Contemporânea, por Otavio Luiz

Advogado da União é um dos organizadores de livro em homenagem ao professor Silvio de Sálvio Venosa. Neste bate-papo com Justiça Fiscal, ele também comenta as discussões da nova Lei Orgânica da AGU e outras pautas de interesse dos advogados públicos

JF – O livro está relacionado ao tema do pós-doutoramento que você concluiu recentemente?

Otavio Luiz – Não. Esse livro, organizado em parceria com Gladston Mamede e a procuradora federal Maria Vital da Rocha, tem uma história bastante peculiar. Primeiramente, a ideia foi homenagear o professor Silvio de Salvo Venosa, que é o autor da coleção de Direito Civil mais vendida no País atualmente. É uma pessoa com quem tenho amizade desde os anos noventa e cujas obras tem servido para a formação das novas gerações de alunos de Direito.

O segundo objetivo estava em confeccionar um livro voltado para a responsabilidade civil, com um formato inteiramente diferente. Nossa intenção era fugir um pouco do padrão adotado em livros de estudos em homenagem e fazer uma obra que também fosse útil para o leitor. Tivemos, por isso, a ingrata missão de organizar um sumário de temas que correspondessem a um livro-texto de responsabilidade civil e que os leitores tivessem a oportunidade de consultá-lo em seu dia-a-dia, tanto para fins acadêmicos quanto para ajudar em sua atividade profissional.

Para isso, reunimos mais de 60 autores, pessoas de diversos países como Japão, Portugal e Alemanha, além de colaboradores brasileiros, todos de diferentes formações e origens regionais. Sem esquecer da participação de ministros de tribunais superiores, como o ministro Humberto Martins, o ministro Dias



Toffoli e a ministra Nancy Andrighi.

Foi um projeto bastante ousado, cujo êxito dependeu da colaboração entusiasmada de todos e que produziu algo bem próximo de um tratado de responsabilidade civil. A temática, portanto, não é relacionada a meus estudos de pós-doutoramento e sim ao âmbito geral da minha atividade acadêmica que é o Direito Privado.

JF – Uma tarefa hercúlea que exige tempo e persistência, não é mesmo?

Otavio Luiz – O trabalho levou cerca de dois anos e meio. Foi muito intenso, complexo, porque envolveu a boa vontade dos autores, que tiveram que se ajustar a um programa, um

sumário, que não implicava escrever sobre aquilo que se desejaria. Houve alguns contratemplos, por conta da substituição de autores, mas as lacunas foram preenchidas sem qualquer modificação dos temas definidos pelos coordenadores da obra.

JF – E como aconteceu intercâmbio com os autores estrangeiros?

Otavio Luiz – Uma das autoras é professora de uma respeitável universidade japonesa, que conheci no início da década. Quase todos os outros autores são amigos e colegas de atividades acadêmicas. O colega da Alemanha é um amigo de estudos de Direito Comparado. Enfim, o livro é também fruto de relacionamentos construídos em minha vida acadêmica. São pessoas que abraçaram a ideia e demonstraram imenso espírito de colaboração e de boa vontade em participar desse projeto.

JF – Comente mais sobre sua vivência e produção acadêmica.

Otavio Luiz – Do ponto de vista acadêmico, tenho alguns prazeres como a participação em projetos de natureza bibliográfica. Publiquei alguns livros em autoria exclusiva e outros em obras coletivas.

Nesse sentido, posso destacar dois livros. O primeiro, que é de autoria coletiva, é uma obra de comentários à Constituição. Coordenada pelos professores Jorge Miranda, Paulo Bonavides, Walber Agra, Bilac Pinto e por mim, essa obra foi finalista do Prêmio Jabuti. O segundo é um livro

de autoria individual, de comentários a artigos do Código Civil, que também foi selecionado como finalista desse prêmio literário, que é um dos mais importantes do País.

Especificamente sobre a advocacia pública, tenho também contribuído para o desenvolvimento de estudos sobre o tema.

A carreira de Advogado da União é uma carreira muito jovem dentro do sistema maior da Advocacia-Geral da União, que é também muito recente. A AGU ainda apresenta uma série de dificuldades, as quais vêm sendo superadas pelo trabalho dos Advogados-Gerais da União ao longo da sua História e por nossa própria luta como membros de uma corporação formada por indivíduos que almejam definir seu espaço dentro do universo das carreiras jurídicas de Estado. E isso de uma maneira peculiar, voltada para o objetivo de defender o interesse do Estado brasileiro, de um modo que não seja símile àquele que já é desenvolvido pelo Ministério Público. Nossa missão institucional é diferenciada, tanto histórica quanto funcionalmente.

JF – Que comparações podem ser feitas entre as atividades que desempenhava na AGU e as atribuições que exerce atualmente como assessor no STF?

Otavio Luiz – Eu vivo numa permanente dualidade de interesses intelectuais, porque minha área acadêmica é o Direito Privado e, por outro lado, tenho no Direito Público o âmbito de atuação profissional mais efetivo. Considero, entretanto, que o Direito Privado fornece o conteúdo sistemático e as bases teóricas para todos os demais ramos do Direito.

Do ponto de vista de abrangência de matérias, a Advocacia-Geral da União, por ser um autêntico “Ministério da ordem jurídica” e, portanto, que perpassa todos os Ministérios da Esplanada, deu-me a oportunidade para a realização de diversos anseios intelectuais. Em todas as minhas atuações na AGU, pude usar muito de minha formação técnica em sua

plenitude. De certo modo, minha passagem pelo Supremo Tribunal Federal permite a otimização de minha formação como advogado público.

A experiência com atividade num tribunal já me foi, de certo modo, facilitada pela minha passagem anterior pelo Superior Tribunal de Justiça. Houve uma acomodação de expectativas. Há efetivamente uma série de diferenças quanto aos procedimentos, ao modo de trabalhar, mas eu diria que minha passagem por aqui é transitória, em que pese ao fato de ser uma oportunidade muito interessante de aprendizagem e de crescimento intelectual. Além, evidentemente, de possibilitar um interessante intercâmbio entre as duas instituições, cujas atividades se entrelaçam quotidianamente.

JF – Qual é sua avaliação sobre as proposições de interesse das carreiras da AGU que tramitam no Congresso como as PECs 443 e 452?

Otavio Luiz – Tivemos a oportunidade de escrever, juntamente com os colegas Mauro Hauschild e Lucilene Rodrigues, textos em defesa desses projetos de emenda constitucional, que tratam da advocacia pública.

Creio que foi uma grande vitória da categoria organizar essa verdadeira confederação de associações, que é o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. Esse colegiado permite-nos falar por meio de uma única voz em diversos ambientes de

deliberação política. Além de possibilitar que subsidiemos a formulação de proposições legislativas de interesse da advocacia pública.

Devo ressaltar o papel agregador do presidente João Carlos Souto, de extrema importância para a eficácia do movimento, bem assim de todos os presidentes das associações que o integram. O Fórum é o representante legítimo dos interesses das carreiras da Advocacia Pública Federal e foi o responsável por unificar seu discurso e sua propostas em face do público externo e dos poderes constituídos.

Nossa preocupação como carreira de Estado é fundamentalmente marcada pela necessidade de explorarmos um temário de relevância nacional. Precisamos fazer com que a sociedade civil compreenda nosso papel e, a partir desse entendimento, adote a ideia de que nós não precisamos de prerrogativas para nós mesmos, mas sim para a sociedade. Esclarecer também que há um tripé constitucional de procuraturas, composto pela magistratura, pelo Ministério Público e pela Advocacia de Estado sob diferentes nuanças, com suas diferentes estruturas orgânicas. As emendas constitucionais serviriam para explicitar essa isonomia, que já está presente de modo parcial na Constituição, ajustando o descompasso interno do texto constitucional e servindo como diretriz para o legislador ordinário.

Ou seja, nós temos um tripé constitucional de procuraturas, que existe na Constituição, mas não há correspondência em termos da legislação ordinária e dentro da própria Constituição. Por conta das mudanças constitucionais que ocorreram, há uma discrepância interna entre a estrutura originária da Constituição sobre as três procuraturas e a não-conformação das respectivas garantias. Por isso, existe uma contradição no próprio texto constitucional. Ademais, observa-se uma contradição heteronômica da Constituição com o direito ordinário. As emendas servem para dar máxima densidade normativa e otimizar a atuação da defesa do Estado.



JF – Qual é o papel da Lei Orgânica nesse contexto?

Otavio Luiz – O projeto de nova Lei Orgânica é algo que se já vem desenvolvendo desde a administração do Advogado-Geral Álvaro Augusto Ribeiro Costa e teve um grande impulso na gestão do ministro José Antonio Dias Toffoli. Agora, com o ministro Luís Inácio Adams, dá-se uma nova perspectiva à conclusão desse importante passo na reforma da Advocacia-Geral da União.

Considero essa proposição fundamental para que consigamos fazer a adequação externa a que acabei de aludir. Seria o começo da adequação externa, operada no âmbito do direito ordinário. Precisamos de uma harmonização constitucional e da legislação ordinária. O projeto de Lei Orgânica atende a essa necessidade. Tanto melhor que seja voltada para aquilo que nos une e não para aquilo que nos desune. Será tanto mais legítima e defensável quanto mais se focar especificamente nesses aspectos,

sobre os quais todos os membros da Advocacia Geral da União possam ter uma postura simétrica.

JF – Qual é sua opinião sobre a qualidade na formação dos Advogados Públicos?

Octávio Luiz – A Advocacia-Geral da União é o espelho de seus membros. Nós temos de buscar aperfeiçoamento técnico-acadêmico como uma forma também de representar melhor a instituição externamente. Em paralelo a isso, é necessário ter consciência de nosso papel.

Essa consciência passa pela necessidade de sermos, cada um de nós, em qualquer ambiente, uma espécie de fiel penhor do papel da Advocacia Pública num contexto histórico-institucional.

Especificamente comentando a estrutura da Advocacia-Geral da União, faço questão de registrar o reconhecimento do trabalho realizado pela Escola da Advocacia-Geral da União - Ministro Victor Nunes

Leal, que passou por um processo de absoluta revolução sob a égide dos colegas Mauro Luciano Hauschild, Jefferson Carús Guedes e Juliana Sahione Mayrink Neiva.

Eles podem-se orgulhar da transformação da Escola em um instrumento eficiente de qualificação e também de estímulo aos colegas para buscarem se aperfeiçoar dentro ou fora da instituição. A Advocacia-Geral da União, por ser uma carreira muito jovem, tem muito a investir nesse campo. É, contudo, absolutamente perceptível que, ano após ano, há um aumento significativo do número de colegas que buscam se pós-graduar. Essa nova postura causará um grande impacto porque nós formamos um think-tank. Nossa doutrina, nossa produção bibliográfica passa a influenciar o pensamento jurídico e, mais do que isso, nós passamos a ser visualizados organicamente como membros de uma instituição que contribui para o pensamento jurídico nacional. ■

Sobre o autor

Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, Otavio Luiz lembra com entusiasmo da época de estudante. “Tive na Faculdade de Direito uma experiência intensa do ponto de vista acadêmico, atuando naquelas oportunidades que a própria instituição oferece como monitor e bolsista de pesquisa. Não posso esquecer, porém, a vivência no movimento estudantil”. Ele fez parte do tradicional Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua.

Após a formatura, exerceu a advocacia privada e o magistério na Universidade Federal do Ceará até o ingresso na Advocacia-Geral da União. Pós-doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa (2011), possui Doutorado em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (2006) e Mestrado

em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (2001), com louvor em todos os graus.

Na atividade profissional, considera como pitoresca a atuação como assessor do Comando Naval de São Paulo. “Vivi situações muito interessantes em convívio com a Marinha do Brasil, atuando na área de licitações e contratos especificamente ligados ao nosso submarino nuclear, o Projeto de Submarino Nuclear do Brasil, que é desenvolvido pela Marinha no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo”.

No primeiro governo do Presi-



dente Lula, recebeu convite para trabalhar na Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. Em seguida, assumiu o cargo de Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações e, posteriormente, Consultor Jurídico Adjunto do Ministério da Justiça.

Foi também assessor de ministro do Superior Tribunal de Justiça. De volta à AGU, na gestão do ministro Dias Toffoli, foi Adjunto do Advogado Geral da União e, posteriormente, o acompanhou quando tomou posse como ministro do Supremo Tribunal Federal. Otavio Luiz é atualmente assessor do ministro Toffoli no STF.

Embaixador dos EUA comenta as relações com o Brasil

Repercussões da visita do presidente Obama ao Brasil e o desenvolvimento de uma parceria entre os Estados Unidos da América e o Brasil para o século 21. Estes foram os temas da palestra do Embaixador dos EUA, Thomas Shannon

A palestra foi promovida pelo Forum Nacional da Advocacia Pública Federal e o Centro de Altos Estudos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na sede da ANPPREV, em Brasília, no último dia 17 de junho.

Compuseram a mesa de abertura o presidente do Forum Nacional, João Carlos Souto, o embaixador dos EUA, Thomas Shannon, a procuradora-geral adjunta da Fazenda, Daniele Russo, o procurador-geral federal, Marcelo Siqueira, o chefe de departamento internacional do Itamaraty para EUA e Canadá, ministro Carlos Henrique Abreu, o presidente da OAB/DF, Francisco Caputo, e o representante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, ministro Nilo Barroso.

Em sua palestra, o embaixador Thomas Shannon destacou o crescimento do Brasil como potência econômica. Segundo ele, a visita do presidente dos EUA foi para reconhecer a nova posição do Brasil perante o mundo. "Durante todo esse tempo a construção de nossa relação foi de forma bilateral. Hoje essa relação vai muito mais além, pois ela é global, principalmente, pelas mudanças que ocorrem no mundo e pela emergência do Brasil como potência econômica", disse.

Ainda de acordo com Shannon,

o fato mais interessante durante a visita de Obama foi quando ao analisar os discursos do presidente americano e da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, falando dos principais problemas enfrentados pelos dois países, estes eram iguais: infraestrutura, ciência e tecnologia, educação e inovação.

O papel da Advocacia Pública entre as duas nações foi comen-

de cooperação comercial, o acordo "Open Skyes", que permitirá que linhas aéreas sejam disponibilizadas em qualquer cidade dos EUA e Brasil, e o acordo sobre cooperação espacial. "Estamos num mundo de mudanças e essas mudanças são muito rápidas. Devemos ter a capacidade de interpretar isso. É preciso ter uma conversa entre os governos para entenderem o que se passa no mundo", finalizou.

Em outro momento o embaixador Shannon destacou que o Brasil se insere no mundo como potência utilizando o "soft power", o que é extremamente importante.

Para o presidente do Forum Nacional, João Carlos Souto, "uma entidade confederativa como o Forum não se resume somente a encaminhar pleitos em prol das Carreiras. Para além dessa atuação - primordial e relevante - igualmente nos

impõe ampliar contatos e relações institucionais, dentro e fora do país, como fizemos hoje à noite. Em 2009, o Forum Nacional promoveu o debate entre os candidatos a presidente da OAB-DF. Hoje, organizamos a palestra do embaixador Thomas Shannon. Dessa forma a Advocacia Pública ocupa espaços e se consolida para além dos umbrais do papel institucional desenhado pelo Constituinte Originário de 1988."



Diretor do CEAE; Procurador-Geral Federal, Marcelo Siqueira; Embaixador dos EUA, Thomas Shannon; João Carlos Souto, Presidente do Forum; Daniele Russo, PGFN-Adjunta; Ministro Carlos Henrique Abreu; Francisco Caputo, Presidente da OAB-DF; e Ministro Nilo Barroso, representante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara

tado pelo embaixador. Para ele, a possibilidade de intercâmbios para os seus integrantes, pleito levado a efeito pelo Forum, incide diretamente nos diálogos já abertos com o Departamento de Estado Norte Americano, sobre crescimento econômico e financeiro, e ainda sobre energia.

Os acordos bilaterais assinados durante o encontro também foram destacados pelo embaixador como o

SINPROFAZ renova mandato na presidência do Forum

Em Assembléia Geral Ordinária realizada no último dia 29 de junho, foi eleita a nova diretoria do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal que comandará o colegiado nos anos de 2011 e 2012. O SINPROFAZ renovou mandato na presidência do órgão, cujo titular será o Procurador da Fazenda Allan Titonelli, que acabou de ser eleito presidente do Sindicato para o biênio 2011-2013.

O PFN Allan Titonelli, logo após o resultado do pleito, pontuou o consenso entre as entidades. "O que deve ser ressaltado é que desde quando surgiu o Forum até os dias de hoje, houve uma evolução gradual. Esse processo de construção em consenso é uma realidade no Forum. Trabalhamos as idéias consensuais das Carreiras", ponderou.

O ex-presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto, encerra gestão na presidência do Forum ressaltando diversos momentos que contribuíram para a história da Advocacia Pública Federal. "Nós construímos uma história de luta, com independência, apostando, internamente, no diálogo, no consenso, e, externamente, na defesa intransigente da Advocacia Pública Federal, de suas quatro Carreiras. Fizemos greves, eventos, exposições, visitas parlamentares, audiências no Congresso, assinamos acordos, conseguimos liminares, promovemos debates. Enfim, o

Forum se consolidou".

Após ter recebido vários elogios dos outros dirigentes, João Carlos Souto agradeceu o apoio enquanto esteve à frente da entidade e informou: "vou continuar colaborando com o Forum, com as Carreiras, e o nosso principal foco é a recomposição remuneratória e a aprovação das PECs".

Nova direção

A composição da nova diretoria ficou assim definida: o Procurador da Fazenda Nacional Allan Titonelli Nunes (SINPROFAZ), ocupando a presidência do Forum; a Advogada da União Joana D'Arc Alves Barbosa de Mello (ANAJUR), como vice-presidente; o Advogado da União Ciro Miranda Carvalho (ANAUNI), como Secretário-Geral; o Procurador do Banco Central José Augusto Sansoni (APBC), como Diretor de Assuntos Jurídicos; a Procuradora Federal Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho (ANPPREV), como Diretora Tesoureira; e o Procurador Federal Rogério Filomeno Machado (ANPAF), como Diretor de Comunicação.

A nova diretoria assumiu a gestão do Forum em 6 de julho. A cerimônia de transmissão de cargo, entretanto, ocorrerá na primeira quinzena de agosto.

(Com informações da assessoria de imprensa do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal)

Fala PFN

Tenho plena convicção de que o Allan, a quem apresento os meus cumprimentos pela importante eleição, seguirá os bons exemplos de efetiva dedicação à causa dos Advogados Públicos que Souto e Jorge deixam como legado do período em que estiveram no comando do Fórum.

Roberto Rodrigues de Oliveira
PFN/GO

- Parabéns ao colega Allan.
- O SINPROFAZ continua capitaneando o Fórum. Um protagonismo determinado pela atuação do Souto, Jorge, Anderson e das últimas administrações de nosso sindicato.

João Soares Neto
PFN/PB

- Com certeza, o protagonismo do SINPROFAZ não é por acaso. Devemos isso à atuação constante e produtiva dos colegas Souto, Anderson e Jorge.
- Parabéns, Alan! O desafio é grande. Conte comigo para o que puder ajudar.

Heráclio Mendes
PFN/SP

Itamar Franco Mais Mineiro do que Baiano

O Brasil tem uma dívida com Itamar Franco: O aval ao Plano Real, o Plano que mudou e colocou o Brasil nos trilhos, como reconhece, em termos, a sensata Presidenta Dilma Rousseff.

Fui nomeado Procurador-Sectional da União em Uberlândia (eu e todos os 41 Procuradores-Sectionais da União) por Decreto do Presidente Itamar Franco, em julho de 1993. Instalei a PSU-UDI, fui seu primeiro Sectional, nela permaneci por nove anos e meio e ela deixei organizada, inclusive com sede própria, ampla e confortável.

A organização e a instalação da AGU devemos a Itamar Franco.

Quando houve suspeita, mera suspeita contra seu melhor amigo e Ministro, Henrique Hargreaves, determinei seu imediato afastamento do cargo, tendo o reconduzido meses depois, após constatada sua inocência.

Itamar nos recebeu no Palácio do Planalto, em 1994, durante o primeiro encontro Regional da AGU, na época do Ministro Geraldo Quintão.

Probo, correto, nunca foi rico, mas era ridicularizado por parte da imprensa do eixo Rio-SP.

Nascido baiano, era muito mais mineiro.

Nossa homenagem ao Presidente, ex-Senador ex-Governador, fiador do Plano Real, Itamar Franco.

João Carlos Souto

Presidente do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal

Rock, de volta ao Rio

Depois de dez anos e seis edições realizadas fora do Brasil, Rock in Rio retorna ao Rio de Janeiro, cidade em que foi idealizado. Ingressos se esgotaram em apenas quatro dias

Entre os dias 23 de setembro a 2 de outubro, a cidade do Rio de Janeiro voltará a ser a casa do rock mundial. Em três edições na cidade maravilhosa, o Rock in Rio reuniu mais de duzentas bandas e aproximadamente três milhões e meio de pessoas.

Na última década, o evento rompeu as fronteiras cariocas e foi realizado por quatro vezes na cidade de Lisboa e duas em Madrid. O anúncio da volta do evento ao Brasil causou um alvoroço no público, que esgotou os 600 mil ingressos colocados à venda em apenas quatro dias.

Atrações

No Rock in Rio 2011 vão ser seis dias de shows, realizados em dois fins de semana. As atrações serão divididas em quatro espaços: Palco Mundo (principal); Palco Sunset; Música Eletrônica e RockStreet. Somente no palco principal serão mais de 30 apresentações, além de dezenas de outras bandas e DJs que ocuparão os palcos auxiliares.

O grande destaque do primeiro dia (23.09) será o cantor inglês Elton John, que em 2009 reuniu 30 mil pessoas na Praça da Apoteose, no sambódromo carioca. Na segunda noite (24.09), os californianos do Red Hot Chili Peppers vão encerrar as apresentações no palco principal. No terceiro dia de evento (25.09), o público curtirá o som do Metallica,

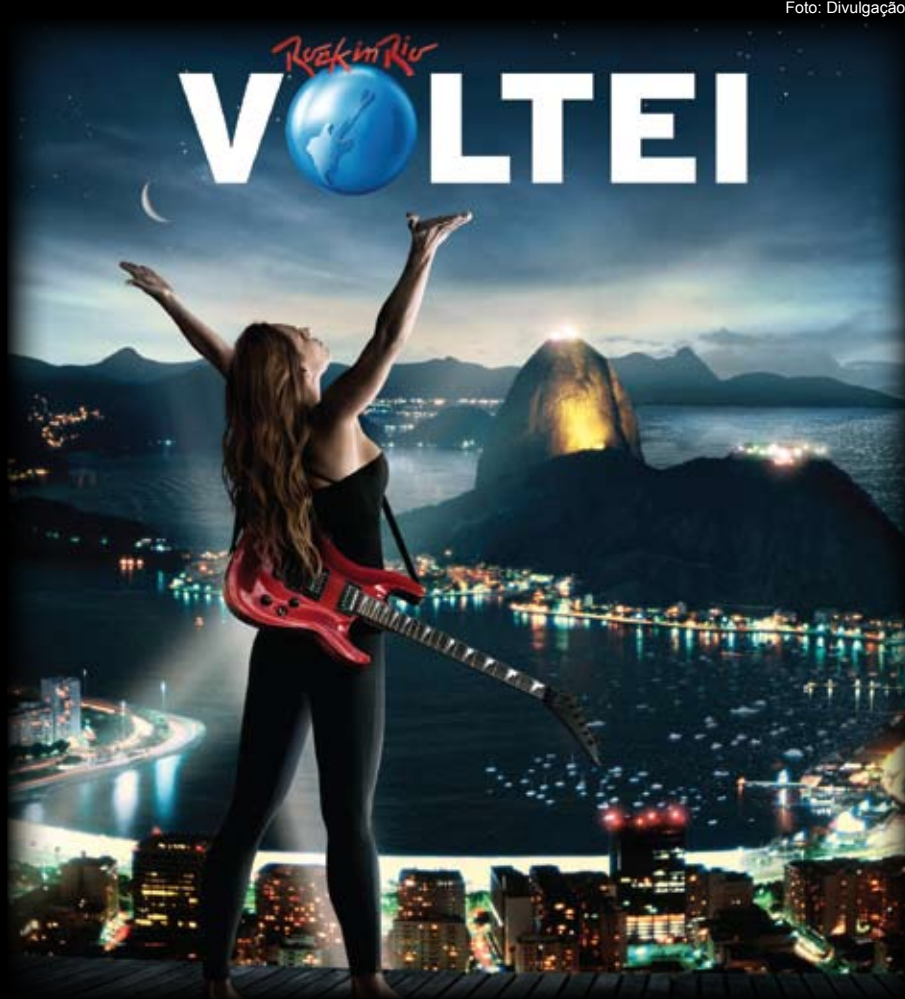


Foto: Divulgação

banda que há trinta anos emba-la roqueiros por todo o mundo.

Depois da pausa durante a semana, os shows voltam na segunda sexta-feira do evento (30.09), que será marcada pela apresentação da colombiana Shakira. O penúltimo dia (01.10)

terá os ingleses do Cold Play e para encerrar o evento (02.10), o rock pesado das bandas System Of a Down e Guns N'Roses.

Veja a agenda completa do evento:

<http://www.rockinrio.com.br/pt/lineup/>



História

O Rock in Rio foi idealizado pelo publicitário Roberto Medina, que resolveu em 1985 construir o maior palco do mundo até então e reunir as melhores bandas da época em uma verdadeira “Cidade do Rock”, montada em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

Até a década de 80, as grandes bandas internacionais não costumavam vir à América do Sul, fato que contribuiu para o sucesso do evento. Quase um milhão e meio de pessoas passaram pela “Cidade do Rock”. Entre as atrações, bandas como AC-DC, Iron Maiden, Queen e Scorpions, além de grandes nomes do rock nacional como Barão Vermelho, Blitz, Lulu Santos, Paralamas do Sucesso e Rita Lee.

Seis anos de-

pois, Medina resolveu repetir a dose no Rock in Rio II. Dessa vez, os shows foram realizados no estádio do Maracanã, o que limitou o público se comparado com o primeiro evento. Ainda assim, em 1991, mais de 700 mil pessoas curtiram atrações como Guns N’ Roses e Prince.

Dez anos depois, o evento foi remodelado e voltou à “Cidade do Rock”, em Jacarepaguá. Novos palcos foram montados e o evento contou ao todo com mais de 150 atrações. A terceira edição (2001) marcou também o começo do projeto “Por um mundo melhor”, que incluiu a pauta socioambiental nas atividades do evento.

Além de tradicionais bandas de rock como Guns N’ Roses e Iron Maiden, o evento também abriu espaço para outros estilos musicais como N’ Sync, Britney Spears e Sandy & Júnior.

Portugal e Espanha

Em 2004, o publicitário Roberto Medina decidiu internacionalizar a marca Rock in Rio e realizou o primeiro evento fora do país. A cidade escolhida foi a capital portuguesa – Lisboa.

Logo na primeira edição fora do Brasil, o Rock in Rio fez muito sucesso, com transmissão para cerca de 60 países. Artistas como Paul McCartney, Sting e a banda Metálica embalam cerca de 400 mil pessoas no Parque Bela Vista. Artistas brasileiros como Gilberto Gil e Sepultura também participaram do evento.

Foram realizadas ainda outras duas edições na capital portuguesa (2006 e 2008) antes de o evento chegar à Espanha. Em junho de 2008, foi a vez de Madrid receber o Rock in Rio, que contou com atrações como Bob Dylan, The Police e Lenny Kravitz.

Em 2010, o evento foi novamente realizado em Lisboa e em Madrid, antes de ser anunciado seu retorno ao Rio de Janeiro.



Na barriga da baleia

(Duas noites no Rock in Rio 2)

1. Intro.

No primeiro Rock in Rio, em janeiro de 1985, eu tinha 13 anos e acabara de terminar a 8ª série. Não havia possibilidade de meus pais financiarem minha ida aos shows. Limitei-me, portanto, a acompanhar, pela TV, a passagem por terras brasileiras daqueles que viriam a ser meus ídolos na adolescência: queria muito ter visto o Iron Maiden, o AC/DC, o Ozzy Osbourne e o Scorpions.

Diversamente em 1991. Com quase 20 anos, tenho um emprego, e consigo pagar por uma viagem.

Seis anos depois do primeiro Rock in Rio, trago nas mãos os ingressos para duas noites no Rock in Rio 2 - as duas noites do som pesado, sobretudo a segunda delas.

Neste ano, tem algumas bandas legais, mas eu vim mesmo foi pra ver o Judas Priest. Gosto demais desses caras, e seu último álbum, Painkiller, está realmente excepcional!

2. Na máquina do tempo: viagem ao Rio, no século passado.

Em 1991, o mundo é muito diferente. O Brasil ainda não ingressou no circuito dos mega-shows. Não existe internet, e publicações como a Rolling Stone ou a Billboard não têm versões em português. Quem nos informa sobre os shows é, precipuamente, a revista Bizz.

Collor acaba de começar o segundo ano de seu mandato na Presidência, e a inflação descontrolada torna muito mais difícil, a um jovem de 20 anos, fazer economias de modo a se dedicar a uma viagem ao Rio.



Em 1991, são três as principais companhias aéreas do país: Varig, Vasp e Transbrasil. E os voos comerciais são muito caros, razão pela qual eu e meus amigos viemos de ônibus ao Rio de Janeiro.

Finalmente chegamos, Leitora. Vinte horas no busú, e eis que aportamos na rodoviária Novo Rio. Dinheiro pra taxi? Lógico que não temos.

Pegamos nossas mochilas, eu, o Cebola e o Palito, tomamos um coletivo, e somos recebidos pela Xan-Xan, no apartamento de uma sua tia distante, no célebre bairro de Copacabana.

3. No apartamento.

O apartamento é minúsculo, e não sei como a tia da Xan-Xan, idosa e bastante mal-humorada, tem paciência para nos agüentar. Somos seis, eu, o Cebola e o Palito, mais a própria Xan-Xan, um amigo do interior de Goiás, e uma outra menina do cabelo naturalmente

vermelho.

A ruiva é muito bonita – todos ficamos a fim dela, mas é o Cebola quem logra êxito.

Sendo minguido nosso dinheiro, compramos os maiores e mais baratos refrigerantes que achamos, e acabamos por usar todo o gelo da velha senhora. Pelo terceiro ou quarto dia, a anciã se irrita com nossos constantes ataques ao congelador: Diacho de meninos que usam todo o meu gelo!, ela vocifera, mas nem por isso nos expulsa de lá.

4. Primeira noite do festival.

Ambientados em Copacabana, tornamo-nos, na hora da janta, habitués da pizzeria La Mole, não me lembro o nome da rua, nem sei se ela ainda existe.

De manhã bem cedo, vamos à praia. Antes dela, paro numa banca de jornal e leio as notícias do dia. Folheio o caderno 2, com as novidades do festival. No plano internacional, tudo sobre a Guerra

no Golfo. George Bush mandou uns marines ao Golfo Pérsico, e deu uma surra nas tropas de Saddam. As coisas eram mais fáceis para os ianques, nos dias de antanho...

Já na areia, passa um vendedor de biscoitos Globo, negro, alto, magrelo: Alô gatinha, miau!, Alô gatão, au au!

Puro nonsense, Leitora: a gatinha mia, o gatão late. Temos de rir, eu, o Palito e o Cebola. Só nas areias de Copacabana, um gato poderia latir.

Ontem ficamos na arquibancada. Vimos o Faith No More, que foi bem bacana, tocaram uma cover decentíssima de War Pigs, do Black Sabbath. Depois, era pra termos visto o Robert Plant, ex-vocalista do Led Zeppelin, mas, por conta da Guerra do Golfo, o cidadão ficou com medo de algum atentado terrorista às aeronaves britânicas, e optou por não voar ao Rio.

Achei o negócio meio páia, mas confesso que o Plant sempre teve cara de afetado, e nem fez muita falta: foi substituído, com honras, pelo Billy Idol, que fez um show muito divertido.

Vimos também o Guns and Roses, a banda mais cultuada desta segunda edição do festival. Ainda, como não uso saias, nem tenho 16 anos, Axl Rose e seus asseclas não me disseram muita coisa.

Dois dias depois é que o bicho pegou.

5. Breve incidente na pista.

Chegamos à cidade do Rock, instalada em pleno Maracanã.

O estádio Mario Filho é um monumento em si mesmo. Grande. Muito grande.

A figura elíptica abre sua bocarra sob o céu da Cidade Maravilhosa, e estamos qual Jonas: na barriga da baleia.

Se na outra noite, ficamos na arquibancada, hoje viemos para a pista.



A pista é, obviamente, um lugar bem mais perigoso que arquibancada. Aqui, todas as emoções são potencializadas, sobretudo quando se tem 20 anos, e estamos sob o céu azul do Rio de Janeiro.

Lá pelas tantas, o dia ainda era, em algum lugar mais perto do palco, começou uma briga, uma roda de gente começou a correr, como num estouro de boiada.

Eu, o Cebola e o Palito estávamos longe do epicentro do negócio, mas devo reconhecer: ficamos com muito medo. Quando vimos o mar de gente correndo para o nosso lado, o barulho ensurdecedor dos milhares de pares de tênis sobre o piso de

madeira, outra coisa não fizemos senão correr também.

Corre, cara! Gritamos um para o outro, e corremos bastante. Os metros e os segundos certamente foram poucos, mas a sensação foi de eternidade.

Uma das coisas mais bizarras do episódio foi que a mãe do Palito não queria mesmo que ele fosse, chegou a falar sobre um certo "presentimento", temia que algo ruim pudesse acontecer.

É aterrorizante, Leitora, se imaginar morrendo soterrado, esse tipo de tragédia.

E quando o negócio acontece, ali, no meio do Maracanã, em pleno Rock in Rio 2, não se sabe exatamente onde vai parar.

Felizmente, não era nada sério.

A onda veio, durou uns segundos, e logo tudo se amainou.

6. A noite do metal.

Acalmados os ânimos, assistimos ao show do Sepultura, depois ao do Lobão. O ex-baterista da Blitz, num surto de "antropofogia" pós-tropicália, inventou de querer unir o rock ao som da bateria da Mangueira.



A idéia em si não é de todo ruim, a bateria da escola de samba tem, certamente, um peso que combina com o heavy metal, mas o rock errou, Leitora. O grande lobo tentou "abrir um pouco a cabeça da galeira", mas o fato é: metaleiro não quer ser "curado". Que história é essa de trazer bateria de escola de samba para a noite do metal? Isso não fica impune, senhor Lobão!

Cada um joga o que tem às mãos: garrafas de água, latas de cerveja, copos plásticos e papel embolado. Lobão até que tenta prosseguir, mas as circunstâncias se impõem. Não fica 20 minutos no palco, e bate em retirada, sendo seguido pelo Queensryche.

7. Judas Priest.

O Queensryche nunca me disse muito. Quando começa o show dos caras, me dá vontade de ir ao banheiro, e aproveito para olhar uns picture books numa livraria muito bacana, instalada perto da lanchonete. Passo alguns minutos folheando um livro do Marillion, até que decido voltar à pista.

Já eram mais de nove horas, estava bem escuro, quando o Judas Priest entrou no palco. Eu poderia falar do setlist, e das músicas de cada



um dos discos, na seqüência em que foram tocadas. Mas, para entender tais minúcias, a Leitora deveria ser versada em heavy metal, e eu acredito que são poucas, acaso existam, aqui nesta revista Justiça Fiscal, custeada pelos valorosos Procuradores da Fazenda Nacional.

Encerro o texto, portanto, com considerações de outra ordem: ali no Maracanã, em 1991, aquele tinha sido o melhor show a que eu havia assistido, em toda a minha vida. Mesmo hoje, 20 anos depois, vi muita pouca coisa que se iguala em relevância.

Hoje, o mundo é muito diferente, e os jovens certamente têm muito mais chances de assistir a grandes

shows. Hoje, o Brasil está na rota das mega-turnês, o que é muito bom, para roqueiros de todas as idades.

Mas é bacana se lembrar daquela noite, da sensação de estar imerso na monumental potência dos alto-falantes, os ouvidos ainda frescos, o inigualável sabor da juventude...

Metal Gods, The Hellion, The Green Manalishi – os deuses do metal, o endiabrado, o manalishi verde!

O Judas Priest é uma banda famosa por criar personagens os mais surreais, e vesti-los com a indumentária sonora do heavy metal.

Há uma música da banda, a mais emblemática de sua carreira: Breaking the Law, em cujo clipe a banda assalta um banco, com as guitarras no lugar de metralhadoras!

Quando chega essa música, é o auge, o apogeu! Todo mundo canta junto, eu canto, o Cebola e o Palito cantam também!

Todo roqueiro tem uma pequena e valiosa coleção de grandes shows em sua memória. O Judas Priest em 1991, no Rock in Rio 2, faz parte da minha coleção. ■

Procurador da Fazenda Nacional em Goiás, e vocalista da banda de heavy metal Monster Bus (www.wallercom.br ou www.monsterbus.com.br)



PUBLICAÇÕES - SINPROFAZ

Solicite publicações através do site, telefone ou em nossa sede.



www.sinprofaz.org.br



Sindicato Nacional dos
Procuradores da Fazenda Nacional

- SINDICATO FORTE, CARREIRA FORTE. -

Investir na Carreira de Procurador da Fazenda Nacional,
ampliar a Arrecadação e diminuir a Carga Tributária.

QUANTO CUSTA O BRASIL PRA VOCÊ?

INFORME-SE, DISCUTA, RECLAME, PARTICIPE!

SAIBA QUAL É O PESO DA CARGA TRIBUTÁRIA NA SUA VIDA



Reforma Tributária
+ Combate à sonegação
= Justiça Fiscal



VISITE O SITE
WWW.QUANTOCUSTAوبرASIL.COM.BR

Nós, do Sinprofaz, Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, acreditamos que a Consciência Tributária é o primeiro passo para que você, cidadão, tenha condições de exigir dos poderes constituídos atitudes efetivas, que reduzam o peso da carga tributária e promovam a Justiça Fiscal no Brasil. Por isso apresentamos a campanha *QuantoCustaoBrasilpraVocê?* utilizando a web como canal de informação e discussão sobre a questão tributária do país.

Esta é uma campanha de responsabilidade social, sem cor partidária, cujo sucesso depende exclusivamente da participação de pessoas dispostas a fortalecer essa corrente cívica como divulgadores, geradores de conteúdo, colaboradores. Se você acha que os tributos no Brasil estão altos demais, que a sonegação fiscal realimenta este ciclo vicioso e que somente através da reforma tributária conquistaremos a justiça fiscal no país, junte-se a nós: esta campanha é sua também.

JUSTIÇA FISCAL:

QUANDO TODO MUNDO PAGA, TODO MUNDO PAGA MENOS.

A campanha *QuantoCustaoBrasilpraVocê?*, além de mostrar o peso da carga tributária sobre diversos produtos e serviços, pretende promover uma ampla e democrática discussão sobre a questão dos tributos no Brasil e a necessidade de uma reforma tributária para o país.

Entre nesta campanha por uma política tributária mais inteligente e justa

WWW.QUANTOCUSTAوبرASIL.COM.BR



PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ESSENCIAL PARA A JUSTIÇA FISCAL

Nas redes sociais, siga, manifeste-se, divulgue:



twitter@quantocusta.com.br

facebook

www.facebook.com/quantocusta



www.youtube.com/quantocustaoBrasil.com.br